

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Programa de Pós-graduação em Saúde Pública
Mestrado em Saúde Pública
Dissertação de Mestrado

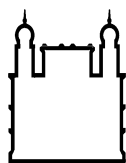


**“Homossexualidades em curso”: representações de profissionais da educação acerca das
homofobias no contexto escolar**

por

Salvador Pereira Corrêa Junior

Rio de Janeiro
Março/2012



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Programa de Pós-graduação em Saúde Pública
Mestrado em Saúde Pública
Dissertação de Mestrado



**“Homossexualidades em curso”: representações de profissionais da educação
acerca das homofobias no contexto escolar**

Salvador Pereira Corrêa Junior

Dissertação apresentada
para obtenção do grau
de mestre em Saúde
Pública.

Orientadoras: Profa. Dra. Fátima Cecchetto
Profa. Dra. Edinilsa Ramos de Souza

Rio de Janeiro
Março/2012

AGRADECIMENTOS

É indispensável registrar a importância dos meus pais, nessa caminhada. Serei grato eternamente por todos os esforços e dedicação que me auxiliaram nessa trajetória da minha vida e na conquista de mais esse objetivo.

Agradeço a minha Família pelo apoio e incentivo de sempre.

Agradeço as minhas sobrinhas Lysandra e Mirella que me inspiraram e me inspiram com suas visões mágicas de ver o mundo que só a infância permite.

Agradeço aos amigos, que prefiro não citar nomes, mas são a base da minha vida, as minhas pernas.

Agradeço as minhas orientadoras Fátima Cecchetto e Edinilsa Ramos de Souza por construírem comigo esse trabalho e me auxiliarem nos momentos críticos.

Agradeço a todos os profissionais da ENSP pela grande disponibilidade e pronto atendimento em todos os momentos, especialmente aos professores que muito colaboraram para a construção de conceitos e desconstrução de preconceitos acerca da saúde coletiva.

Ao CLAVES pela grande importância e colaboração, seja através dos(as) brilhantes professores(as) e ou de todos os(as) funcionários(as) que me acolheram tão bem nesta caminhada.

Um agradecimento especial às minhas colegas mestrandas da subárea Violência e Saúde (Cláudia, Katerine, Paloma, Naira e Angélica) e a todos os profissionais do CLAVES.

À Patrícia Constantino pelo apoio de sempre e por permitir iniciar o campo deste trabalho em suas aulas no curso de “Enfrentamento da Violência e Defesa de Direitos na Escola”.

Dedico este trabalho aos profissionais que participaram desta pesquisa e a todos os profissionais da educação no Brasil.

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (Boaventura de Souza Santos)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índices socioeconômicos: IDH (2000) e IDI (2004)

Tabela 2: Composição da população por sexo – CENSO 2010

Tabela 3: Distribuição da população por sexo segundo os grupos de idade em
Campos dos Goytacazes (RJ) – CENSO, 2010

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos integrantes do Grupo I (participantes do curso do CLAVES)

Quadro 2: Caracterização dos integrantes do Grupo II (Não participantes do curso do CLAVES)

LISTA DE SIGLAS

BVS - Bibliotecas Virtuais em Saúde

CEP/ENSP - Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP

CLAVES - Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli

DST - Doença Sexualmente Transmissível

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PIB - Produto Interno Bruto

IMS - Instituto de Medicina Social

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, e Travestis

ONG - Organização Não Governamental

SUS - Sistema Único de Saúde

CLAM - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF - Fundo das Nações para a Infância

RESUMO

A homofobia tem sido questão presente em debates na comunidade em geral e também na escola, ganhando grande repercussão no cenário nacional. Algumas lutas históricas do “movimento gay” têm sido concretizadas. Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a união civil de pessoas do mesmo sexo, garantindo as mesmas regras aplicáveis a relações estáveis de casais heterossexuais e nesse mesmo mês houve um grande debate acerca de estratégias (“*Kit* contra Homofobia”) para se trabalhar essa temática em sala de aula. Considerando a homofobia como uma forma de violência que afeta a saúde, e entendendo a escola como um ambiente em que essa violência também é reproduzida, busca-se uma discussão acerca da promoção da saúde que inclua no âmbito escolar uma abordagem desta temática que possibilite descortinar a discriminação e preconceito em torno de homossexuais e supostos. Esse trabalho apresenta como objeto de estudo as representações – acerca das homofobias – de profissionais da educação não formal, de uma Fundação que atua com ensino de diversos cursos voltados para crianças e adolescentes na cidade de Campos dos Goytacazes. Essa investigação se insere na área da saúde pública tendo como campo a promoção da saúde na escola. O objetivo dessa pesquisa é buscar compreender como os profissionais de uma instituição escolar não formal percebem a existência (ou não) de homofobia, e suas representações acerca da temática.

Palavras-chave: homofobia, promoção da saúde, homossexualidade, saúde na escola, preconceito.

ABSTRACT

Homophobia has been a matter currently under discussion in the community in general and also in school, earning great impact on the national scene. Some historical struggles of the "gay movement" has been realized. In May 2011 the Supreme Court unanimously approved civil unions for same-sex, guaranteeing the same rules apply to heterosexual couples in stable relationships and that same month there was a big debate about strategies ("*Kit* against Homophobia") to this theme to work in the classroom. Considering the homophobia as a form of violence that affects health, and understanding the school as an environment in which this violence is also reproduced, seek to a discussion of health promotion in schools that includes a theme that this approach allows unveiling discrimination and prejudice about homosexuals and suspected. This paper presents as a study object representations - about homophobia – professional non-formal education, a foundation that works with various educational courses for children and teenagers in the city of Campos dos Goytacazes. This research is part of the public health field as having health promotion in schools. The objective of this research is to seek to understand how non-formal school professionals perceive the existence (or not) of discrimination against homosexuals (or imagined), and how they deal with the issue in their daily work.

Keywords: homophobia, health promotion, homosexuality, school health, prejudice.

Sumário

1 – Introdução	12
1.2 – Justificativa	16
1.3 – Objetivo	21
2- Referencial Teórico	22
2.1 – Gênero e Homossexualidade	22
2.2 - Os saberes do século XX e as homossexualidades	27
2.3 - Homofobia na escola	37
2.4 – Escola e sexualidade	44
3 – Metodologia	48
3.1 – Contatos institucionais e com os sujeitos da pesquisa	49
3.2 – Seleção dos sujeitos das pesquisas	51
3.3 – Instrumentos da pesquisa	52
3.4 – Procedimentos para a coleta de dados	53
3.4.1- Caracterização dos participantes	55
3.5 – O campo em Campos	57
3.6 - Organização, processamento e análise dos dados	62
3.7 – Aspectos Éticos	63
4 – Resultados	63
4.1 - A interação entre os alunos	64
4.1.1 - Relações de gênero: <i>curso de meninas e curso de meninos</i>	64
4.1.2 - “A resistência dos professores”: uma visão dos técnicos	67
4.1.3 - “Ô rapaz, vai pro seu setor”	69
4.2 - As homossexualidades e supostos homossexuais: uma visão profissional	72

4.2.1 - “O homossexual e a sapatão” -----	76
4.3 - “ <i>Kit</i> contra-homofobia” X “União Estável”-----	77
4.4 – Prática profissional com os alunos-----	83
5 – Considerações Finais -----	87
6 – Referências -----	88

1- Introdução

A homofobia pode ser considerada como uma expressão de violência que afeta a saúde daqueles que a vivenciam. O processo de violência devido à orientação sexual é observado tanto em matérias jornalísticas sobre homicídios de homossexuais ou indivíduos supostamente “gays”, quanto em depoimentos de amigos e conhecidos que remetem a uma experiência dolorosa de discriminação em vários espaços sociais, envolvendo desde insultos verbais, agressões físicas e morte.

Os indivíduos agredidos devido a sua orientação sexual podem carregar grandes marcas sejam elas físicas ou psicológicas. Muitas vezes são violados seus direitos, são envergonhados e humilhados em público, sofrendo um tipo de abuso, que Bourdieu (1999) caracteriza como *violência simbólica*. Essa violência pode ser entendida como eufemizada, branda e invisível, ocorrendo de forma oculta através de signos e símbolos, sendo muitas vezes naturalizada. É considerada uma importante forma de expressão da dominação masculina, que discutiremos adiante.

A homofobia como um processo de violência foi analisada por Carrara & Vianna (2006). Para os autores a expressão *homofobia* foi utilizada pelo movimento homossexual brasileiro, desde os anos 1980, no contexto de sua politização e organização, a partir da denúncia de agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual ou sexualidade, devendo, portanto, ser empregada com cuidado. Assim como os autores supracitados, Junqueira (2007) problematiza a eficácia do conceito de homofobia indicando as potencialidades e limites desse conceito frente a distintas abordagens.

Abramovay e colaboradores (2009) consideram a homofobia como “o tratamento discriminatório sofrido por jovens de ambos os sexos tidos como homossexuais” (p. 192, 2009), ressaltando que esse comportamento é legitimado por padrões culturais que rejeitam práticas *não-heterossexuais*. Entretanto pode-se pensar que essa forma de tratamento também pode ser estendida a outros profissionais e comunidade escolar em geral, não se limitando aos jovens. A discriminação e a vitimização de homossexuais, portanto, a violência contra este grupo, é um fenômeno social verificado em diversos âmbitos da vida sendo a escola também um dos espaços onde essa violência se reproduz, muitas vezes adquirindo requintes de tortura, ato que segundo Domenach (1981), importante teórico que estuda a violência, pode ser considerado como o apogeu da violência.

Em pesquisa realizada na Parada do Orgulho GLBT¹ Carrara & Ramos (2005) apontaram que 40,4% dos adolescentes entrevistados, entre 15 a 18 anos, foram vítimas de discriminação na escola ou na faculdade.

Esse trabalho apresenta como objeto de estudo as representações – acerca das homofobias - de profissionais da educação não formal, de uma Fundação que atua com ensino de diversos cursos voltados para crianças e adolescentes na cidade de Campos dos Goytacazes. Portanto, esse trabalho se insere na área da saúde pública tendo como campo a promoção da saúde na escola.

O objetivo dessa pesquisa é buscar compreender como os profissionais de uma escola não formal representam a homofobia, e como lidam com a questão em seu trabalho cotidiano. Um pressuposto deste trabalho é o de que são distintas as formas de expressão da sexualidade. Portanto, são também distintos os valores sociais atribuídos às homossexualidades. Outro eixo de discussão será a concepção de gênero, compreendido como uma elaboração cultural, contraposta, à diferenciação entre os

¹ Nomenclatura utilizada no momento da pesquisa para designar Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Posteriormente adotou-se LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis).

sexos baseada apenas no dimorfismo sexual da espécie (Heilborn, 2004). No decorrer desta pesquisa serão explicitados estudos que abordam a relação entre identidade de gênero, orientação sexual e homofobia no contexto contemporâneo, abordando aspectos socialmente construídos, mas não sem antes ser explicada a inserção deste trabalho no âmbito da Saúde Pública.

Moura e Colaboradores (2007) ressaltam que a promoção de saúde vem sendo amplamente debatida em todo o mundo buscando a melhoria das condições de saúde. Para eles esse conceito envolve a criação de programas que possibilitem uma melhora na qualidade de vida. Tal conceito envolve a capacidade do indivíduo lidar com os condicionantes de saúde. Esses autores citam compromissos que visam à promoção da saúde em ambiente escolar tais como: Carta de Ottawa – 1986, Declaração de Adelaide - 1988, Declaração de Sundswall - 1991, Declaração de Bogotá - 1992, Declaração de Jacarta - 1997 e Declaração do México - 2000.

As declarações supracitadas se configuram em tentativas de firmarem parcerias entre os países participantes no sentido de possibilitar uma promoção da saúde. Considerando a homofobia como uma forma de violência que afeta a saúde, e entendendo a escola como um ambiente em que essa violência também é reproduzida, se faz necessário pensar numa promoção da saúde que inclua no âmbito escolar uma abordagem desta temática que possibilite descortinar a discriminação e preconceito em torno de homossexuais e supostos.

Entendendo a homofobia como um problema de saúde pública (BRASIL, 2004), pode-se pensar na promoção da saúde como um norte para lidar com essa questão.

No Brasil políticas visando à promoção da saúde na escola foram elaboradas pelo Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Identificar experiências na perspectiva de Escolas Promotoras de Saúde pressupõe conceber uma análise crítica dos diferentes enfoques e conceitos de saúde com os quais se constroem ações de saúde e propostas pedagógicas na escola. Quando subsidiadas na sua implementação com a participação da comunidade, profissionais, instituições, diversos setores da sociedade civil e o próprio Estado, com vistas a ações locais sustentáveis, posicionam-se ao contrário da implantação de modelos tradicionais de programas de saúde escolar, que, no Brasil, ao longo de décadas, caracterizam-se por enfoques verticais, médico-terapêuticos, essencialmente assistencialistas, normativos, portanto medicalizantes e que deslocam, equivocadamente, da rede de saúde para o espaço da escola, equipamentos e recursos médicos. (Saúde & OPAS, 2006)

É interessante ressaltar que a iniciativa de criar uma rede de escolas promotoras da saúde deve considerar muitos atores participantes da escola e inseridos na comunidade em que a escola pertence.

Para melhor compreensão do objeto de estudos se faz necessário explicitar o conceito de representação social. Citaremos dois autores que dedicaram seus estudos da representação social: Durkheim (1978) e Moscovici (2001).

O conceito da representação coletiva tem origem no estudo de Durkheim (1978) e originou o que chamaremos de representações sociais. Compreendendo o campo da produção de intersubjetividade, construções simbólicas, valorativas e ideológicas, este conceito terá diferentes destaques e papéis nas teorias sociais.

Para Moscovici (2001) cada sociedade, e podemos também ampliar essa concepção para os grupos (aqui profissionais de educação) de determinadas sociedades, possuem um conjunto de crenças e ideias e é neste campo que o indivíduo atua, sofrendo as

pressões coletivas e atualizando suas representações pessoais no curso das interações sociais, considerando não apenas sua história pessoal, mas também a história do grupo ao qual faz parte. Nesse sentido as representações buscam manter certa coesão grupal, que também influencia as atuações profissionais. Percebe-se uma atuação comum e senso comum no discurso dos profissionais.

Por representação social, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (p. 24, Moscovici, 1978)

Pretende-se, com este trabalho, investigar as representações de professores e outros profissionais (psicólogo, assistente social, pedagogo) acerca das homofobias no contexto escolar.

1.1 – Justificativa

A homofobia tem sido questão presente em debates na comunidade escolar, ganhando grande repercussão no cenário nacional. Algumas lutas históricas do “movimento gay” têm sido concretizadas. Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a união civil de pessoas do mesmo sexo, garantindo as mesmas regras aplicáveis a relações estáveis de casais heterossexuais. Em 2004, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Ministério da Saúde lançaram o programa “Brasil sem Homofobia”, com o objetivo de:

[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas,

respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (p. 13, BRASIL, 2006)

No âmbito escolar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam a orientação sexual como tema transversal. Buscando compreender a orientação sexual nos PCN -1997, Altamnn (2001) aponta que essa questão deve ser abordada além do caráter informativo, com um efeito de intervenção no interior da escola. Ela ainda ressalta que:

A sexualidade é atualmente vista como um problema de saúde pública, sendo a escola local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. (p.1, Altman, 2001)

Entretanto ressalta-se que retrocessos acerca de tal questão ocorreram no período da defesa dessa dissertação, em que houve a aprovação do projeto de lei nº1082/2011 proposto pelo vereador Carlos Bolsonaro do município do Rio de Janeiro, que veda a distribuição, exposição e divulgação de material didático sobre orientações acerca da diversidade sexual nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Educação Infantil da rede municipal do Rio de Janeiro.

Além do exposto supracitado, a necessidade de pesquisas que abordam a homofobia no âmbito da Saúde Pública também se justifica pela existência de poucos estudos produzidos sobre violências contra homossexuais.

Foi realizada uma breve consulta em três importantes bibliotecas virtuais em saúde (BVS) no dia 16/08/2010, considerando como descritor a palavra *homofobia*. A escolha das BVS seguintes se deu em função da visibilidade das mesmas no Brasil, bem como a possibilidade de acessar gratuitamente os resumos dos trabalhos publicados no

período de 2001 a 2010. Como resultado foram encontrados 19 artigos na base Scielo, 24 na base LILACS e somente um artigo no IBECS.

Realizou-se uma leitura analítica dos resumos dos 19 trabalhos encontrados no portal Scielo visando a fornecer pistas do “estado da arte” acerca do tema homofobia na Saúde Pública. A escolha desse portal para análise foi devido à facilidade de acessar os dados, bem como a visibilidade do mesmo na área de saúde. A análise contemplou os resumos dos artigos no intuito de obter informações acerca dos temas mais publicados pela saúde pública que dizem respeito à homofobia. Os artigos comentados a seguir foram divididos por eixos temáticos: “Homossexualidade e Escola”; “HIV e Homossexualidade”; “União Civil de homossexuais”; “Saúde Mental de Homossexuais”; “Transexuais e Travestis”. Considerou-se também a metodologia e conceitos mais abordados nos resumos.

Foram encontrados quatro artigos que focalizam direta ou indiretamente a relação homossexualidade e escola. Um artigo (Borges & Meyer, 2008) reforça a questão da homofobia na escola entendendo ser necessário estudar aspectos que possam minimizar essa vulnerabilidade, utilizando como metodologia grupos de discussão e entrevista. O outro artigo (Rohden, 2009) refere-se à necessidade de formar professores englobando a temática da diversidade sexual e apontando as políticas públicas voltadas para essa questão. A autora desenvolveu sua investigação a partir de um curso promovido pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O terceiro artigo (Vidal & Ribeiro, 2008) busca compreender o processo de relações sexuais na adolescência e como a temática da sexualidade é apontada no contexto escolar. A metodologia utilizada foi a coleta de dados via redação com estudantes de uma escola pública de Ensino Médio. O quarto artigo (Nardi, 2008) aborda a diversidade sexual no contexto escolar utilizando o método comparativo entre

políticas voltadas para essa questão em dois países, definindo-se como uma pesquisa qualitativa.

Outros três artigos abordam a temática do HIV e homossexualidade, dois deles buscam compreender fatores associados a comportamentos de risco na população LGBT². Ressalta-se que ambos artigos são de autores estrangeiros, e estudam dois países da América Latina: Perú e México. Um artigo (Ortiz Hernández, 2005) faz associação entre a opressão sofrida pelo homossexual (que para o autor é internalizada) e o comportamento de risco. Consta em seu resumo a escolha de uma metodologia que engloba pesquisa quantitativa e também qualitativa, sendo apresentado como um estudo transversal, observacional e analítico. O segundo estudo (Salazar, 2006) busca compreender o contexto sócio-cultural e as percepções de riscos, abordando a questão do HIV, em homossexuais da costa peruana. O artigo também trabalha com a questão de gênero como modelo explicativo para o tema abordado. O terceiro artigo desse grupo (Nardi & Pocahy, 2007) pesquisou participantes de uma ação de saúde no campo das DST/AIDS promovida por uma Organização Não Governamental/ONG que defende os direitos humanos e a livre expressão da sexualidade no Brasil. O estudo pesquisou a sexualidade na juventude, buscando compreender a vulnerabilidade desses jovens e a relação com a homofobia. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa-intervenção.

A questão da união civil foi tema de dois artigos encontrados. O primeiro deles (Lionço, 2008) refere-se à união civil como questão de direitos humanos, embasando sua argumentação na existência de preconceito contra homossexuais, não apresentando a metodologia em seu resumo. O segundo artigo (Uziel, 2006) aborda a conjugalidade e parentalidade homossexual, além dos direitos sexuais, remetendo a uma ida ao campo e recorrendo a grupos de homossexuais.

² LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. A alteração do termo GLBT, anteriormente usado, em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada entre 5 e 8 de junho de 2008 em Brasília visando aumentar a visibilidade lésbica.

Dois trabalhos buscaram compreender a saúde mental dos homossexuais. Um deles (Granados-Cosme & Delgado-Sánchez, 2008) enfatiza o risco de suicídio, depressão, ansiedade em jovens homossexuais, entendendo a homossexualidade como um importante fator a ser considerado. Esse estudo, realizado no México, se apresenta como qualitativo, mas não especifica no resumo qual foi a abordagem metodológica usada. O segundo trabalho (Ceará, 2010) buscou investigar as dimensões da saúde mental, qualidade de vida e identidade psicossocial em homossexuais na maturidade e na velhice. A metodologia descrita no resumo recorreu à técnica da bola-de-neve, com entrevistas semi-estruturadas.

As “travestis” e as “transexuais” foram estudadas em dois trabalhos. O primeiro estudo (Lionço, 2009) refere-se ao processo transexualizador do SUS como questão de direitos humanos, trabalhando conceitos como o de judicialização, heteronormatividade e o binarismo de gênero, apontando algumas políticas públicas que envolvem tais questões, através de pesquisa bibliográfica. O segundo trabalho (Carrara & Vianna, 2006) enfoca a violência letal contra travestis utilizando como metodologia a análise de processos judiciais, buscando compreender essa violência homofóbica.

A questão de gênero perpassa alguns dos artigos apontados acima, entretanto a discussão sobre sua relação com a homossexualidade torna-se central em dois artigos. Welzer-Lang (2001) a partir de uma revisão bibliográfica aborda a “dominação das mulheres e a homofobia”, trabalhando com conceitos como ideal viril, habitus e heterossexismo. Outro artigo (Miskolci, 2009) faz uma relação entre gênero e sexualidade em uma obra de Machado de Assis utilizando-se da teoria de gênero.

As políticas de saúde voltadas para a população LGBT apresentam-se como ponto comum de vários artigos encontrados. Entretanto, Mott (2006) aborda essa questão com exclusividade, priorizando uma compreensão do programa Brasil sem Homofobia. Tal resumo aponta o processo de estigma e discriminação.

Em seu trabalho, Marinho (2004) aplicou a escala de homofobia explícita e implícita em 231 estudantes universitários de uma instituição pública do Estado da Paraíba. O estudo usa método quantitativo e discute a questão do preconceito.

Por fim, um artigo (Blackwell & Naber, 2002) refere-se à questão da interseccionalidade como importante abordagem feminista nos discursos e debates de Fóruns das ONG e de um Congresso mundial contra o racismo. A interseccionalidade é descrita no resumo como articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo, e a exploração de classe. Para isso é realizada uma revisão bibliográfica.

Percebe-se que o número de artigos publicados na fonte estudada ainda é bastante incipiente para abordar a questão da homofobia, embora os estudos já apresentem certa diversidade quanto aos temas focalizados e aos métodos adotados. Percebe-se que a temática homossexualidade e escola é mais publicada no portal Scielo. No entanto, a identificação de apenas quatro artigos em uma década representa por si só uma importante justificativa para a realização de estudos sobre este tema, tendo em vista a sua complexidade e a necessidade de se compreender a forma como este problema afeta a saúde.

Algumas pesquisas que abordam a homofobia nas escolas revelam que esta é praticada especialmente contra homens jovens (Abramovay, 2004, 2009; Borges & Meyer, 2008)), havendo preconceito em relação a comportamentos tidos como *sexualmente desviantes*. Assim, revela-se importante a compreensão das representações dos profissionais da escola sobre sexualidades, em especial, homossexualidades.

1.2 - Objetivos

Geral

Investigar as representações sociais de profissionais da educação não formal sobre a homofobia.

Específicos

- a) Identificar a visão dos profissionais sobre as interações entre os gêneros no contexto escolar;
- b) Analisar as estratégias adotadas pelos profissionais para abordarem a temática da homossexualidade com os alunos;
- c) Comparar as representações acerca da homofobia entre os profissionais pesquisados, segundo sua participação ou não no curso de “Enfrentamento da Violência e Defesa de Direitos na Escola”.

2 - Referencial Teórico

2.1 – Gênero e homossexualidades

Para uma melhor compreensão das representações e práticas dos professores acerca das manifestações de homofobia, recorre-se aqui às teorias que colaboram para a discussão acerca das relações socialmente estabelecidas entre os gêneros.

Como ponto de partida utiliza-se as idéias propostas por Bourdieu (1999). O referido autor relata que as diferenças biológicas entre os sexos (corpo masculino/corpo feminino) caracterizado também pela diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem ser compreendidas como justificativa da diferença social entre os gêneros (masculino X feminino) e também da divisão social do trabalho. Bourdieu ainda aponta que essa diferenciação ocorre tendo como referência o homem no centro:

[...] as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que

encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica. (Bourdieu, 2009, p. 24)

Portanto, as diferenças que legitimam uma relação de dominação inscrita numa natureza biológica são frutos de uma construção social naturalizada, assim compreendidas como inatas ou naturais, embora tenha uma construção sócio-histórica, como já explicitado.

Para colaborar com a compreensão da construção teórica supracitada, bem como ampliar as possibilidades de interpretação, busca-se autores que estudam o gênero como teoria explicativa para as relações masculino/feminino.

Para Gomes (2008) gênero é

[...] uma construção cultural sobre a organização social da relação entre os sexos, traduzida por dispositivos e ações materiais e simbólicos, físicos e mentais. Gênero refere-se a papéis socialmente construídos e a definições e expectativas – consideradas apropriadas por uma sociedade – para o ser homem e o ser mulher. (p.64-65, Gomes, 2008)

Alguns autores (Heilborn, 2004; Gomes, 2008) apresentam um consenso ao apontarem que a categoria de gênero circunscreve indivíduos no seio das relações de poder, revelando-se como elemento constitutivo das relações sociais. Heilborn (2004) considera que a categoria de gênero aponta para uma forma simbólica de hierarquizar e ordenar o universo em termos de um princípio de valor.

Gomes (2008) entende a perspectiva de gênero como algo relacional, ou seja, o que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino e vice-versa.

As diferenças de sexo e gênero são produto de um extenso trabalho coletivo de *socialização do biológico e de biologização do social* (p. 9, Bourdieu, 1999) e são reproduzidas sobre os corpos e as mentes. Assim, percebe-se uma construção social naturalizada. O exercício de alguns papéis, aqui entendidos como modelos e expectativas de comportamentos socialmente construídos, são associados ao homem e outros à mulher. O ato sexual reproduz essa construção simbólica. Esse processo ocorre a partir de uma diferenciação construída socialmente e universalizada (Bourdieu, 1999). Portanto, a relação entre os sexos não deve ser entendida como algo dado naturalmente, mas fruto de uma complexa e hierarquizada construção social, devendo ser inserida na história de modo que se permita compreender como as diferentes instituições interferem no sentido de manter (ou não) um determinado estado de coisas. Assim, ao abordar a divisão sexual o autor relata que isso parece estar “na ordem das coisas”, dentro de um sistema de oposições homólogas: alto/baixo, em cima/embaixo, fora (público) / dentro (privado), duro/mole, etc. Essas oposições apresentam significações sociais.

Ressalta-se que, de acordo com as idéias de Bourdieu (1999), o homem também está regido pelas regras da ordem masculina, que exige dele determinado padrão de masculinidade, sendo a homofobia um deles, como explicita Welzer-Lang (2001) e será visto adiante.

Welzer-Lang (2001) defende que as relações homens/mulheres e homens/homens são produtos de um duplo paradigma naturalista: a) visão heterossexuada do mundo em que as relações entre homens e mulheres são as aceitas como “*normais*” e “*naturais*”. Assim, as outras sexualidades (incluindo-se aqui a homossexualidade) são admitidas como “*diferentes*”; e b) a construída superioridade

dos homens, ou seja, a dominação masculina que estabelece rígidas fronteiras entre os gêneros masculinos e femininos (p.460, Welzer-Lang, 2001).

Ainda para este autor, os homens dominam as mulheres conquistando privilégios materiais, culturais e simbólicos. Essa dominação entendida como simbólica, não é percebida pelos envolvidos (que podem ser outros homens também). Faz-se necessário aprofundar a discussão acerca da produção do referido autor bem como de seus conceitos que explicam a produção da homofobia nas relações sociais entre jovens para afirmarem sua masculinidade.

Ele denomina com o termo monossexuado a lugares como pátio de colégio, clubes esportivos, em que os homens se atribuem exclusividade de uso ou presença. Nesses locais os homens transmitem e aprendem o combate a aspectos que poderiam ser associados a mulheres para se reafirmarem homens. Para melhor explicar esse processo que envolve os pequenos homens, ele refere-se ao conceito de homossociabilidade (relação social entre pessoas do mesmo sexo). Para a compreensão desse conceito cabe citar Gastaldo (2005), que entende a sociabilidade como um processo de socialização que se caracteriza como uma espécie de jogo social que aprofundaremos no decorrer deste trabalho. Welzer-Lang (2001) ressalta que nessa fase os meninos são pressionados a viver momentos de homossexualidade em jogos de erotismo, tais como masturbação em grupo e comparação do tamanho do pênis. Ele utiliza a expressão *casa-dos-homens* para se referir a esse lugar em que a homossociabilidade pode ser vivida longe do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações. Nos grupos de pares, constituídos por pessoas de mesma idade e sexo, cada etapa da construção do masculino tem sua própria característica de homossociabilidade. Os mais velhos corrigem os mais novos e ensinam o melhor caminho em busca da virilidade, cumprindo assim o papel de transmissor dos valores masculinos. Assim, o processo de construção da masculinidade ocorre visando distinguir o homem do sexo oposto, sendo rejeitado qualquer comportamento ou atitude

que seja associado ao feminino. O autor relata que: “Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem.” (p. 463, Welzer-Lang , 2001)

Nesse contexto a homofobia é constituinte das expressões de masculinidade. O autor entende como homofobia “... a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero” (p. 465, Welzer-Lang, 2001). Ele ressalta ainda que a homofobia é produzida pela dominação masculina para que os homens, via ameaça, se mantenham nos esquemas entendidos como normais em relação à virilidade.

Outro conceito utilizado pelo autor é o de heterossexismo que é a discriminação e a opressão da homossexualidade fundada numa distinção devido à orientação sexual que promove uma superioridade da heterossexualidade e subordinação da homossexualidade. Esse heterossexismo desvaloriza também qualquer outra forma de sexualidade distinta da heterossexual. Homens que vivem sexualidades não centradas na heterossexualidade são entendidos como passivos e podem ser associados e tratados como mulheres. Assim, a homofobia é construída dentro da lógica da dominação masculina e para servir a sua propagação e manutenção, ocorrendo de forma coercitiva.

Gomes (2008) observa que a violência simbólica se constitui como uma via de exercício da dominação masculina. Esse processo de exercício da dominação via distinção entre os “normais” e “os outros” produz violência simbólica. Essa violência se constrói a partir das relações de gênero via sistema de signos e símbolos que representam normas, valores e práticas que transformam as diferenças sexuais de homens e mulheres em desigualdades sociais, sendo, assim, tomadas de maneira hierárquica e sobrepondo o masculino sobre o feminino. Dessa forma, a violência simbólica vai se construindo sob um aspecto suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas que podem internalizar a “culpa”, seu estigma imposto. Tal violência legitima

uma restauração da ordem/normalidade frente a naturalização da visão hegemônica da heteronormatividade. A mesma se exerce pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento (p. 240, Gomes, 2008) fato que pode dificultar ao que a vivência elaborar possibilidades de enfrentamento.

Essa violência, no entanto, apresenta-se também sob outras formas mais explícitas especialmente quando destinada aos outros, que ameaçam a ordem da dominação masculina, ou seja, àqueles que não se enquadram no esperado para o seu gênero. Carrara & Vianna (2006), em estudo sobre a violência letal contra travestis no Rio de Janeiro, verificam que sujeitos cuja identidade não-heterossexual (mesmo suposta) é mais clara via exibição de atributos de gênero que divergem da norma heterossexual são mais atingidos por diferentes modalidades de violência e discriminação.

2.2 - Os saberes do século XX e as homossexualidades

O termo homossexualidade foi cunhado em 1869 pelo jornalista e advogado húngaro Karol Maria Kertbeny, após a criação, em 1862, do termo Uranismo – em referência ao discurso de Pausânias no Banquete de Platão – pelo jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs. Os dois autores entendiam a homossexualidade como “uma condição inata, que se manifestava através de impulsos e desejos” (Nunan, 2003). A nova concepção trazida por estes autores e seus conceitos se colocava em oposição à idéia de “invertido” como nos demonstra o seguinte trecho:

No século XVIII e até meados do século XIX, o termo correto para designar homossexuais era a palavra invertido, termo que sugeria que todo homossexual era

‘feminino’ e conseqüente portador de alguma inversão sexual. (p. 17, Nunan, 2003)

A definição de homossexualidade é algo que pode envolver muitos conflitos e questionamento sobre a abrangência que o termo deve obter. Opta-se, nesse trabalho, por sua utilização no plural, visando atender as diversas formas de expressão, que não caberia numa única palavra.

São distintas as formas de representação do que chamamos de homossexualidades, portanto são também distintos os valores sociais atribuídos às diversas formas de expressão da sexualidade. Ratifica-se, portanto, que a homossexualidade não apresenta uma única forma de expressão, mas deve ser utilizada no plural, homossexualidades, o que nos permite inferir que no interior da escola são manifestadas distintas expressões homoeróticas que, provavelmente, demandam distintas formas de atuação.

O conceito de *continuum* possibilita uma compreensão da diversidade dos comportamentos sexuais. Fry & MacRae (1983) abordam a idéia de *continuum* propagada por Kinsey³ ao afirmar que os homens dos Estados Unidos não são divididos em homossexuais e heterossexuais, mas sim em uma gama de comportamentos sexuais que variam de um extremo ao outro. Subjacente aos comportamentos sexuais pressupõe-se a existência de uma gama de comportamentos sociais que podem ser expressos de distintas formas, ora se aproximando do que é desejado socialmente (homem másculo e mulher feminina) ora se afastando desses modelos, mas mantendo como referencial os gêneros masculino e feminino.

Neste estudo recorre-se a autores que explicitam os conceitos de homossexualidade, homoerotismo, homossexualismo, homossexual, visando compreender as distintas concepções mais atuais no debate acadêmico. Busca-se

³ Alfred Kinsey foi um biólogo norte-americano conhecido por suas pesquisas sobre sexualidade humana.

discutir também conceitos históricos que auxiliam na construção de estereótipos associados ao homossexual.

Para melhor compreensão conceitual das homossexualidades, pretende-se fazer uma breve introdução acerca da discussão da diversidade de conceitos que buscam explicar as variadas formas de expressão da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo. Para tal, busca-se alguns autores que utilizam uma abordagem sócio-antropológica sobre o tema.

Ao tentar responder a pergunta o que é ser homossexual, percebe-se que tal conceito apresenta-se de divergentes formas e explicações.

Mott (1986), importante militante do movimento homossexual e presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), ao pesquisar sobre a homossexualidade no período colonial em seu texto intitulado “Escravidão e Homossexualidade” descreve várias situações denunciadas ao Santo Ofício em diversas regiões do Brasil, acessando documentos que descrevem atos sexuais entre senhores e escravos do mesmo sexo. O referido autor utiliza as expressões homoerotismo, homossexualismo e homossexualidade sem fazer distinções conceituais acerca dos mesmos, associando esses termos ao ato sexual entre os senhores e escravos, reproduzindo textos da Inquisição em que era clara a condenação aos passivos sexuais. Assim, a condenação é mais intensificada àquele que ocupa o “papel da mulher” e é dominado na relação sexual e, possivelmente, social.

Fry & MacRae (1983) recorrem ao trabalho do médico carioca Pires de Almeida acerca do “Homossexualismo” (nome de seu livro) no início do século XX. Outros trabalhos na área médica fortalecem o problema da “degeneração sexual” e demandam tratamento médico e atenção especial aos que vivem essa experiência. Os autores ressaltam que não interessava a posição sexual, nesse momento o tratamento médico é demandado para todos os envolvidos na relação. Assim, percebe-se que a

homossexualidade ocupa agora um espaço médico, distinto da Santa Inquisição como demonstra Mott (1986). Fry & MacRae (1983) sugerem que a “ciência médica” teve um importante papel político, especialmente para a formação de uma consciência homossexual, na medida em que faz uma divisão entre homossexuais e heterossexuais.

A seguir, recorre-se a alguns teóricos que abordam a relação entre a medicina e a homossexualidade no Brasil no início do século XX.

Assim como os loucos, as histéricas, os vagabundos – até certa medida os negros, os homossexuais são uma anomalia social que se combate, se rechaça, se reprime e se busca curar (p. 260, Figari, 2007)

Para Figari (2007), o corpo nessa nova sociedade do século XX deve ser “sadio e harmonioso”, e não mais “mole e efeminado”. Esse corpo constitui traços do novo homem, regulado pela autoridade médica.

Em locais de socialização exclusiva entre homens onde ocorre a “co-presença física entre homens” tais como dentro dos quartéis, navios de guerra, é gerado um comportamento machista e homofóbico, que para Figari (2007) é um ritual de reforço da masculinidade, que dialoga com o conceito de homossociabilidade descrito por Welzer-Lang (2001) neste trabalho, embora o primeiro se refira a homens adultos e o segundo a homens jovens no seu processo de aprendizado dos valores masculinos.

Figari (2007) também reforça a importância dada ao padrão ativo, que subjuga tudo que era “passivo” ou “débil”, como mulher, crianças e outros homens. Para ele, o indivíduo é marcado por aparelhos ideológicos e de formação discursiva tais como a ciência médica, a opinião pública, a **escola**, o Estado e o âmbito trabalhista. Ele ressalta que no Brasil, a medicina não articulou controles legais para punir a homossexualidade,

como ocorreu no EUA, Inglaterra, Alemanha e outros países. O autor recorre a Adolfo Caminha e sua publicação *Bom-Crioulo*, para relatar as relações no início do século XX, entendendo que a indústria cultural literária criará uma visão naturalista da homossexualidade, sendo essa associada ao discurso médico-legal. Assim, a literatura ratifica o contexto de patologização.

Entretando, Fry (1982) apresenta outro ponto de vista ao analisar importantes personagens dos romances *Bom-Crioulo* (1895) e *O Cortiço* (1880), de Adolfo Caminha e Aluísio Azevedo, respectivamente, em que são descritas relações homossexuais. Tal análise permite conceber algumas questões no que tange a concepção da homossexualidade para o final do século XIX e início do século XX. O autor reforça a presença de duas categorias dominantes: os normais e os outros, que são definidos como anormais, marginais, perversos, amorais ou doentes. Discute também a penetração da ciência médica no campo da moral e busca compreender as “anormalidades sexuais”, e para isso criam categorias e as descrevem. A homossexualidade receberá vários nomes tais como uranista, pederasta e invertidos, dependendo do grau de masculinidade ou feminilidade presente na pessoa.

Para Fry (1982), os autores da literatura supracitada descrevem seus personagens como integrantes de um conjunto de relações que apresentam uma teia de significações sociais, não sendo, portanto, enfatizadas qualidades antagônicas como bom/mau, normal/anormal. Assim, embora ainda apresentem características relevantes da medicina do século XIX, esses autores transmitem representações sobre as marginalidades de forma distinta dessa medicina, especialmente por não associarem a homossexualidade à doença.

[...] enquanto os médicos trabalhavam no sentido de controlar a sexualidade e taxar todas atividades sexuais fora da

vida em família de degeneradas e imorais, outras vozes e outras falas corriam discordantes. (p.51, Fry, 1982)

Assim, o autor encerra seu texto reforçando as outras possibilidades de entender a homossexualidade nesse momento. Mesmo com toda uma ordem médica cuidando da sexualidade, a literatura mostra outras formas de concepção dessa questão.

Outro autor que também trabalha com a relação entre medicina do início do século XX e homossexualidade é Green (2000). A partir de sua concepção do Brasil do início do século XX como um grande importador de pesquisas, o mesmo acaba por desconsiderar a produção literária brasileira que parece seguir na contramão do pensamento médico daquele período. Para descrever sua concepção teórica, ele recorre a publicações de médicos da época. Relata que muitas vezes a família optava pela internação ao desconfiar de práticas homoeróticas de seus membros, concluindo que a polícia, a justiça e a medicina trabalhavam juntos para conter esse “desvio”. Os médicos corroboravam teorias que sugeriam um desequilíbrio hormonal congênito em homossexuais. O autor cita alguns médicos como Dr. Leonídio Ribeiro, influenciado pelas idéias de Lombroso que associava degeneração criminosa a características fenotípicas, também citado por Figari (2007); também refere-se a Dr. Fernandes Nunes, e suas teorias que pesquisavam as perversões sexuais. No início do século a homossexualidade passa a não ser considerada um vício e pecado pela igreja, sendo encarada pelos médicos-legais como algo a cargo da medicina. Green (2000) informa que Gregório Marañón, professor da Universidade de Madri na década de 1930, propunha uma explicação biológica para a homossexualidade, ressaltando que as características masculinas e femininas nos homossexuais (homens) se deviam a um desequilíbrio endócrino. Marañón acreditava que fatores exógenos como a religião e a ética poderiam moderar ou erradicar a homossexualidade numa pessoa, considerando o

biológico como uma pré-disposição. Afrânio Peixoto sugeria o termo “*missexual*” por perceber características masculinas e femininas no degenerado/anormal. Green também ressalta que embora as pesquisas dessa época apontem uma origem de base biológica, a “cura” desse “desvio” seria também associada aos esforços psicológicos e morais, englobando assim médicos, psicólogos e igreja. Busca-se, segundo ele, compreender as causas exatas dessa degeneração biológica para que se possa corrigir comportamentos impróprios. Esse era o caminho para que homens que se comportavam de forma feminina pudessem obter o “devido” estado de masculinidade. O autor ilustra seu livro com fotos de estudos antropométricos de homossexuais com aspectos femininos realizado por Ribeiro, descrevendo que esses estudos faziam correlações entre o tamanho do tronco, braços, pernas, membro sexual e a degeneração sexual. Cabe ressaltar que para Green (2007) os ditos passivos sexuais eram os principais estudados por Ribeiro, que como médico legal, também considerava os crimes cometidos, já que esses sujeitos que compunham o estudo foram obtidos via polícia. Green (2007) critica os estudos de Ribeiro pelo fato de não obedecerem a um rigor científico válido, mas reconhece a visibilidade e o impacto de sua pesquisa especialmente entre os médicos e criminologistas da época. Ele ressalta também o estudo de Dr. Viriato Fernandes Nunes que associava a homossexualidade ao sadismo. Essa associação permitiu a compreensão da “perversão” homossexual como uma grande ameaça para a sociedade embasando seus estudos em crimes sexuais cometidos por ditos pervertidos. Entretanto, o médico defendia a criação de um manicômio judicial para os criminosos insanos. Observa-se nesses estudos uma associação de indivíduos negros aos “*criminosos e pervertidos*”.

Indivíduos de classes mais baixas e com tez mais escuras eram mais vulneráveis à detenção por vadiagem e prostituição ou à

acusação de atentado ao pudor do que homossexuais de classe média. (p. 220, Green, 2000)

Assim, conforme visto, indivíduos negros eram associados a criminosos desviantes, fato que colaborou para uma maior estigmatização racial.

Portanto, os médicos eram responsáveis por uma busca de curar homossexuais vítimas de suas “taras e anomalias”, chegando Ribeiro a defender uma terapia cirúrgica para a questão.

Esse processo que envolve a cura da homossexualidade foi recentemente explorado por Natividade (2009) em seu estudo sobre homossexualidade, gênero e pastorais evangélicas. O autor percebe que, em perspectivas evangélicas, a homossexualidade poderia ser passível de uma espécie de “cura espiritual”, inserida no dualismo bem e mal. O autor distingue três categorias no discurso evangélico: cura, libertação e restauração sexual.

No âmbito da legalidade, Green (2000) aponta que a homossexualidade em si mesma não era considerada um delito criminal desde a promulgação do Código Penal Imperial, em 1830. Ele informa que a homossexualidade se inseriu na categoria das perversões sexuais e o confinamento em instituições foi um dos métodos terapêuticos para “curar” esse “desvio”. Green (2000) relata registros de terapias de choque usadas como medidas correccionais para o “comportamento sexual desviante”. “Em menos de duas décadas, a homossexualidade havia sido intensamente estudada, classificada e patologizada” (p. 236, Green, 2000).

Entretanto o autor observa que, com o Estado Novo, há uma diminuição das pesquisas médicas que se encarregam de estudar o “invertido sexual”. O mesmo justifica tal diminuição pelo fato de haver surgido um novo contexto que não dava

credibilidade a tais estudos. Entretanto, ele ainda ressalta que elas permaneceram presentes em manuais sexuais amplamente divulgados e popularizados.

Green (2000) entende que os escritores brasileiros que trabalharam com tal temática se concentraram em comportamentos predeterminados para gêneros específicos e nos papéis sexuais hierárquicos para categorizar homossexuais.

Esse processo, considerado por alguns autores de “patologização da homossexualidade”, parece ser fomentador de preconceitos e patologias até os dias atuais.

No período de abertura política no Brasil, Fry & MacRae (1983) ressaltam o viés social das homossexualidades. Abordam o caráter cultural da construção de papéis masculino e feminino, ressaltando diferenças entre distintas culturas, mesmo dentro do país. Relatam que na década de 1960 surgiu a expressão *entendido*⁴ que significa o início da reformulação da visão dos homossexuais como rapazes efeminados e mulheres-machos para uma concepção de pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, sem adotar estereótipos associados à figura da “*bicha*” e do “*sapatão*”.

Os mesmos ressaltam a importância dada ao ativo sexual em relação ao passivo sexual ao se referirem a concepção popular brasileira de sexualidade reforçando sua argumentação ao afirmar que o “*homem*” que mantém relação sexual com a “*bicha*” não é, necessariamente, considerado homossexual. Percebe-se, assim, a reprodução das normas de gênero no seio das relações sexuais homoeróticas descritas pelos autores supracitados.

⁴ Essa expressão também foi utilizada por Carmem Dora Guimarães (2004) que através de um estudo etnográfico pesquisou homossexuais de classe média; rede composta por amigos da autora que habitavam e constituíam suas relações sociais na zona sul do Rio de Janeiro. Sua dissertação de mestrado defendida em 1977 foi recentemente republicada em um livro por apresentar um debate ainda atual acerca dessa temática. A mesma considera que as formas de discurso sobre sexo se multiplica pelos pais, educadores, médicos, administradores e em diversas instituições; tal afirmação ratifica a atualidade de sua pesquisa.

Perlongher (2008⁵), apresenta uma pesquisa etnográfica pioneira na década de 1980, que foi recentemente republicada (2008), em que investigou aspectos de como ocorria a prostituição masculina em São Paulo. Esse estudo abordou a homossexualidade, em função dela estar presente em grande parte das relações dos michês. Percebe-se que o autor colaborou muito para a compreensão da virilidade nesse meio, pelo fato da mesma ser um fator considerado importante e atrativo de clientes. Ele trabalha com os conceitos de desterritorização e reterritorização. Os clientes se desterritorizam em relação aos códigos familiares e encontram nesse espaço novos códigos que permitem uma reterritorização. O *macho viril e ativo* é valorizado pelos homossexuais estudados e parece constituir ponto central em seu desejo sexual. O desejo homoerótico, para o autor, parece situar-se no padrão heterossexual. O mesmo aponta ainda que os michês parecem ser mais másculos do que o mais viril dos homens. Assim, Miskolci & Pelúcio (2008) contribuem para o prefácio do livro informando que no negócio do desejo os próprios homossexuais são pessoas homofóbicas, diferindo dos outros pelo grau da recusa, que é dirigida especificamente pelo grau da visibilidade da homossexualidade.

[...] a homofobia como dispositivo regulador das ações eróticas tem como alvo qualquer manifestação que ameace a impressão de que a heterossexualidade é natural, universal e única. (p.14, Miskolci & Pelúcio, 2008)

⁵ Néstor Perlongher é antropólogo e poeta. Sua pesquisa sobre a prostituição viril masculina em São Paulo ocorreu como demanda de seu mestrado na Universidade Estadual de Campinas (local em que também deu aula). Tal pesquisa foi recentemente publicada no livro intitulado “O negócio do michê” que consta na referência deste estudo.

Um importante aspecto da pesquisa de Perlongher (2008) refere-se ao fato do mesmo analisar a homossexualidade a partir do desejo, explorando conhecimentos acerca dos códigos e territórios envolvidos nessa prostituição.

Para finalizar, compartilha-se com Fry (1982), a compreensão de que a pluralidade de identidades sexuais tais como homens, mulheres, bichas, michês, viados, travestis, sapatões, monas, etc, não são simples traduções de homossexuais, heterossexuais e bissexuais. Assim, o autor nos permite compreender que as diversas formas de sexualidades apresentam diferentes significados e, também, representações.

2.3 - Homofobia na escola

A questão da homofobia na escola tem sido objeto de investigação de autores de distintas áreas. A temática também está na agenda das políticas públicas brasileiras. Em 2009, a presidência da república lançou ações interministeriais, para serem implementadas até 2011, que constituem o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009). Algumas dessas ações, de competência do Ministério da Educação, também visavam implantar políticas para garantir essa discussão no seio escolar, com capacitação de profissionais e criação de material didático específico para essa finalidade.

No mês de maio de 2011, o governo do estado do Rio de Janeiro lançou o Programa “Rio sem Homofobia”, através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, visando combater a discriminação e a violência contra LGBT, criando um Centro de Referência LGBT.

Borges & Meyer⁶ (p.:64, 2008) pesquisam a redução da homofobia via ações educativas. Para isso, elas recorreram a autores que abordam a homofobia no Brasil e políticas públicas sobre a temática na escola, utilizando como eixo central

⁶ Ambas doutoras em Antropologia Social pela UFRGS.

possibilidades e limites na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Esse estudo definiu homofobia como uma violência com muitas formas de manifestação, podendo ser exercida de modo real ou simbólico.

A escola apresenta-se como um espaço para reprodução desse comportamento e também como possível promotora de políticas públicas da saúde de crianças e adolescentes. Borges & Meyer (2008) relatam as dificuldades dos professores em abordar a educação sexual⁷, embora essa temática seja referida na lei brasileira desde a década de 1920, sendo, conforme sua pesquisa, geralmente abordada por profissionais convidados pela escola ou por professores de Biologia e Educação Física. O texto reforça a importância teórico-metodológica dos estudos de gênero para a compreensão dos modos de significação do masculino e do feminino associados ao sexo biológico, conceito importante para buscar compreender as diversas formas de expressão das masculinidades e feminilidades. Os autores sugerem que pessoas mais escolarizadas podem sofrer agressões e violências mais sutis, simbólicas, ao invés de físicas. Os autores entendem a postura de “vigilantes da sexualidade infantil” adotada por alguns/algumas professores(as) como uma reprodução dos valores e da cultura heteronormativa e homofóbica. Esses conceitos serão melhor explicados na discussão teórica.

Borges & Meyer (2008) ressaltam que a homofobia apresenta uma hierarquia de valores, e que os homossexuais cujos comportamentos são os esperados para seu gênero (homens másculos e mulheres femininas) são menos violentados. Os autores apontaram a necessidade de redes de apoio e informação para possibilitar aos professores a aplicação do conhecimento e expansão dos mesmos. Os professores envolvidos na pesquisa relataram vivências homofóbicas em seus contatos interpessoais, devido à própria escolha de fazer esse curso, por rejeição de colegas de trabalho e direção

⁷ Ressalta-se que tal termo distingui-se de “Orientação Sexual”, proposto como tema transversal visando transmitir informações, problematizar questões relacionadas à sexualidade, como crenças, tabus e valores a ela associados.

escolar. “O simples fato de fazer o curso parece colocar em xeque sua heterossexualidade e até torná-lo vítima de situações de homofobia” (p. 72, Borges & Meyer, 2008). Percebe-se, assim, que o processo homofóbico de discriminação e preconceito pode ser deslocado do homossexual e estendido a qualquer pessoa supostamente homossexual ou para pessoas que ameaçam a ordem heterossexista quando fomentam uma discussão que possibilite novas formas de pensar e agir sobre essa temática no ambiente escolar.

A questão de gênero aparece no estudo de Abramovay e colaboradores⁸ (2004) no qual revelam que as mulheres consideram mais grave bater em homossexuais do que os homens. Abramovay e colaboradores (2009) consideram a homofobia como “o tratamento discriminatório sofrido por jovens de ambos os sexos tidos como homossexuais” (p. 192, 2009), ressaltando que esse comportamento é legitimado por padrões culturais que rejeitam práticas *não-heterossexuais*.

Em outro estudo da UNESCO em parceria com o Ministério da Educação, Abramovay e colaboradores (2004) abordam que a homofobia no contexto escolar é pouco documentada e que em muitas situações os professores além de silenciarem também colaboram para a reprodução dessa violência. Os autores consideram que a homofobia é legitimada por padrões culturais que cultivam hierarquias em nome da virilidade e masculinidade. Ressaltam que a homofobia tende a ser naturalizada e em muitos casos não é vista como violência. Faz-se necessário, segundo as autoras, cuidar das formas de linguagem, as formas de comunicação e as brincadeiras com fundo discriminatório na escola.

Outra pesquisa promovida pela UNESCO (Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001) em que foram consideradas as proporções de alunos do ensino fundamental e médio segundo as cinco ações consideradas por eles como mais violentas, as autoras percebem uma importância no recorte de gênero. Entre as ações

⁸ Relatório de pesquisa promovida pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação.

mais violentas *Bater em homossexuais* ocupou entre as meninas o terceiro lugar, e para os meninos o sexto lugar. Percebe-se assim uma preocupação maior das meninas com essa questão. Tal fato foi percebido em todas as 14 cidades analisadas na pesquisa. Nesse estudo percebe-se uma proporção ainda maior de pais que não gostariam que seus filhos estudassem com um homossexual (entre 47,5%, em Fortaleza e 22,2%, em Porto Alegre). Entre o corpo técnico-pedagógico, 5,9% no Distrito Federal e 1,9% em Porto Alegre selecionaram a opção de que *não gostariam de ter homossexuais como seus alunos*.

As autoras ressaltam que a discriminação contra homossexuais pode ser valorizada entre os meninos e ligada ao medo de perderem seu gênero, de não mais ser considerado homem pelo fato já observado por Welzer-Lang (2001) ao descrever a homosociabilidade e por Figari (2007) ao descrever as expressões de homofobia nos quartéis.

A análise de Abramovay e colaboradores (2004) aponta que muitos jovens masculinos dizem que não têm preconceito desde que o homossexual permaneça longe. Entretanto, existe grande aversão a cantadas vindas de homossexuais, e muitas vezes esses jovens reagem com violência ao ter, assim, sua masculinidade questionada. São registrados também estigmas associados à homossexualidade feminina, entretanto é citado com menor frequência. As autoras associam a maior censura social e vulnerabilidade negativa⁹ das mulheres envolvidas à pouca visibilidade do lesbianismo. Alguns depoimentos além de demonstrarem rejeição e intolerância contra homossexuais, também apontam estereótipos associados aos mesmos tais como *safados, moleques, relação suja*.

A partir de relatos colhidos em grupos focais com alunos Abramovay e colaboradores (2004) perceberam que essas violências destinadas aos homossexuais podem resultar em abandono da escola, falta de pertencimento ao ambiente escolar e a

⁹ O referido conceito não foi explicitado pelas autoras.

intenção de interromper a carreira por parte das vítimas. Segundo os autores; a escola é indiferente a esse fato, embora alunos e professores reconheçam a existência desse preconceito e o entendam como algo negativo. Alguns professores são coniventes com o preconceito e a discriminação ao entenderem as expressões de conotação negativa como brincadeiras, coisa sem importância. Outros acreditam que a culpa é da vítima que se isola e se autodiscrimina.

A pesquisa revelou ainda, no que tange a percepção do *homossexualismo* como doença, que alunos do sexo masculino tendem a crer mais nessa questão do que as meninas. Percebe-se que quanto mais velhos, mais os alunos tendem a crer *nessa doença*. Nota-se que tanto professores como alunos necessitam conhecer mais sobre a homossexualidade, pois grande porcentagem respondeu não conhecer suficientemente a homossexualidade. Muitos professores participantes da pesquisa afirmam a necessidade da escola trabalhar a temática. A direção escolar admite dificuldades em lidar com a questão. Em publicação mais recente Abramovay e colaboradores (2009) ratificam as conclusões da pesquisa anterior enfatizando que a homofobia perpassa todas as relações sociais presentes na escola. Seguem algumas conclusões dessa pesquisa:

a) estudantes mais novos tendem a recusar mais a presença de homossexuais na sua sala, ressaltando a importância dessa temática ser mais debatida e concentrada no ensino fundamental;

b) estudantes e funcionários consideram que a roupa ou o jeito de se comportar são indicadores da homossexualidade;

c) professores parecem recusar menos a presença de homossexuais na classe do que os alunos;

d) quando o foco é homossexualidade, a maior parte das brigas com agressão física parece ser motivada por demonstrações públicas desta sexualidade;

e) a violência familiar contra homossexuais muitas vezes não é denunciada pela escola quando percebida por essa;

f) homofobia e machismo se misturam nos xingamentos contra homossexuais sempre referindo aos mesmos no gênero oposto;

g) homossexuais são percebidos como dignos de respeito quando conseguem esconder comportamentos que o enquadrem como “gay”, imperando, assim, o que elas denominam de “lei do armário”;

h) somente em uma escola foi percebido o respeito à diversidade de gênero, em que uma travesti, chamada pelo seu “nome de guerra” por parte dos colegas se tornou representante de turma e era respeitada pelos mesmos no período noturno em que estudava (geralmente freqüentado por pessoas mais velhas)¹⁰;

As autoras consideram que se faz necessário criar discussões que incluam as múltiplas possibilidades de exercício da sexualidade, discriminação contra homossexuais e direitos humanos das “minorias sexuais” e que os professores ao (re)produzirem comportamentos preconceituosos podem contribuir para a exclusão desse grupo.

Elas concluem o estudo abordando que não há indício de que essa temática seja trabalhada em sala de aula, especialmente por muitos professores apresentarem discursos e comportamentos discriminatórios e intolerantes.

As pesquisas supracitadas apontam para conclusões de que professores muitas vezes reproduzem papéis de gênero.

Guimarães (2004), autora já citada nesse trabalho, relata que desde a socialização infantil dos alunos, professores, assim como pais e sacerdotes, exercem a chamada “pedagogia da sexualidade”, manifestando as atitudes, objetos materiais e comportamentos próprios aos papéis sexuais e de gênero, sancionando as transgressões

¹⁰ As autoras não especificam a idade dos alunos, entretanto tal comportamento indica se tratar de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

segundo critérios morais associados a um determinado padrão de “normalidade”. Ela considera que tal pedagogia¹¹ é exercida em função de uma cultura “patriarcal” e “machocêntrica” destacando a existência de uma dicotomia entre os papéis sociais e de gênero – masculino e feminino, questões também, conforme visto, consideradas por Bourdieu (1999). Embora tal pesquisa seja da década de 1970, e, mesmo considerando as conquistas dos movimentos LGBT que nos possibilitaram obter um novo cenário, as relações na escola permitem afirmar que tal questão não está satisfatoriamente resolvida nesse ambiente.

Ressalta-se, entretanto, que iniciativas para mudar tal quadro tem sido tomadas. Aqui destaca-se o projeto piloto de formação a distância para profissionais da educação que englobam a temática de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico raciais promovido por vários ministérios do governo federal do Brasil, o British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM – que ficou responsável pela execução do curso) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) considerado pelo MEC como curso de atualização.¹² Tal formação foi apresentada em quatro módulos. O primeiro refere-se ao etnocentrismo permitindo a compreensão da construção naturalizada de estereótipos associados a determinados grupos que se articulam com preconceitos e atitudes discriminatórias. O segundo módulo dedica-se à discussão de gênero, enfatizando as desigualdades sociais entre homens e mulheres, que também ocorre na esfera escolar. O terceiro módulo é dedicado ao tema da sexualidade e orientação sexual. Os conceitos mais importantes desse módulo são os de identidade sexual e de gênero, orientação sexual e homofobia. O quarto e último módulo discorre sobre as relações étnico-raciais, possibilitando a

¹¹ Guimarães (2004) observa ainda que sua rede pesquisada apresenta atitudes e comportamentos no ambiente de trabalho que devem ser “discretas”, referindo-se aos possíveis parceiros como “figura”, “pessoa”, “caso”, mantendo a identidade desse outro indefinida assim como a própria.

¹² Ver Rohden, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. *Cad. Pesqui.*, Abr 2009, vol.39, no.136, p.157-174. ISSN 0100-1574. O CLAM/IMS/UERJ realizou mais duas edições do curso, em 2009 e em 2010, para educadores/as do estado e dos municípios do Rio de Janeiro.

compreensão de que racismo, homofobia e machismo estão presentes na sociedade, não podendo ser exclusivamente associados a um grupo social.

Rohden (2009) finaliza o artigo enfatizando dois pontos que considera merecedores de maior atenção. A primeira questão diz respeito à dificuldade dos professores lidarem com o que é público e privado no momento de tratar a temática (convicções pessoais X papel do educador público). Outro ponto refere-se às dificuldades de aceitação da diversidade e abertura para trabalhar essa questão. A autora enfatiza que a construção de associações baseadas em diferenças biológicas esteve presente durante o curso.

2.4 – Escola e sexualidade

Este trabalho não tem como foco o estudo do Bullying, porém essa noção ajuda a compreender uma das formas de discriminação contra homossexuais na escola.

Segundo Ristum (2010) esse termo [bullying] refere-se ao abuso de poder físico ou psicológico entre pares. A mesma inicia seu texto ressaltando que tal conceito nem sempre é conhecido pelos professores. Um dos questionamentos do uso da palavra é o fato da mesma não ser traduzida para o português, entretanto, para a autora tal fato facilita a comunicação em diferentes países (p.95, Ristum, 2010). A mesma faz uma breve descrição das primeiras pesquisas sobre o tema que, inicialmente, focalizavam as agressões físicas e verbais, que são chamadas hoje de “formas diretas de bullying” (idem). Percebe-se também a existência de “formas indiretas”, tais como 'fofocas', comentários, propagação de rumores de caráter sexista, racista e homofóbico. A autora resalta três critérios para caracterizar o bullying: 1) comportamento agressivo e intencionalmente nocivo; 2) Repetição desse comportamento; 3) Comportamento em que há uma relação assimétrica. Ristum (2010) resalta que, em muitas ocasiões, a

vítima se sente incapaz de reagir a tais agressões, especialmente devido à relação de poder instituída.

É possível perceber que os critérios levantados pela autora para caracterizar o bullying convergem com uma determinada forma de relação já conhecida pela antropologia. Embora as categorias bullying e relações jocosas não sejam necessariamente equivalentes, ressalta-se que na compreensão da homofobia na escola elas apresentam pontos de intercessão que possibilita um diálogo comum. Relações interpessoais que se apresentam de maneira jocosa foi estudada por Radcliff Brown (1973), importante antropólogo que a partir de pesquisas em tribos africanas conceitua o que denominou de “parentesco por brincadeira”. Ele refere a esse termo para designar uma relação entre duas pessoas, na qual por costume lícito ou obrigação em alguns casos, uma pessoa importuna e zomba da outra que, por sua vez, não pode ficar aborrecida, devendo aceitar tal “brincadeira”. O mesmo ressalta que essa relação é uma combinação de amistosidade e antagonismo divertido da zombaria, uma vez que em outro contexto tais brincadeiras seriam consideradas hostis, entretanto aqui se caracteriza como uma espécie de desrespeito lícito. O autor ressalta ainda que o fato de alguns membros não aceitarem determinadas brincadeiras pode ser considerada uma atitude grosseira por não participarem do jogo social. Ele enfatiza que nas tribos da África Oriental os homens devem introjetar a autoridade dos homens mais velhos e suas esposas, caracterizando uma relação assimétrica. A figura do pai demanda esse respeito que é estendido aos homens de sua idade.

Esse conceito foi recentemente revisitado por Gastaldo (2005) em sua etnografia realizada em bares com frequência predominantemente masculina que possuíam exibição de partidas de futebol. Um dos objetivos de tal estudo foi o de verificar o que o mesmo denominou de “relações jocosas futebolísticas”. Para isso o autor faz uma breve revisão acerca do futebol, sociabilidade e gênero no Brasil. Gastaldo remete ao

sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel que aborda a sociabilidade como uma forma lúdica de socialização na qual os envolvidos se mostram descomprometidos e ao mesmo tempo interessados, evitando a demonstração de um interesse objetivo nos assuntos tratados. Ele exemplifica essa relação citando as conversas que ocorrem comumente em festas, entendendo a sociabilidade como “jogo da vida social”. Frúgoli Junior (2007) também remete às idéias de Simmel para explicar o conceito de sociabilidade. O autor aborda os processos de interação microsociológicos que produzem associações entre indivíduos que vão além da interação, entendida como condicionamentos recíprocos, promovendo uma interação de “uns com, para e contra os outros” (p.9, 2007). Para compreender melhor a organização da sociedade Frúgoli Junior (2007) conceitua a “sociabilidade” a partir de Simmel como uma forma lúdica de toda socialização humana, em que não apresenta interesses, objetivos e propósitos além da interação em si mesma, via jogos, que pressupõe uma igualdade entre os envolvidos. Outra contribuição descrita por Frúgoli Junior (2007) é a formação de círculos “intraclassistas”, que orienta que determinadas relações só ocorrem dentro de determinado estrato ou segmento social por possuírem um capital cultural e valores compartilhados. Para o autor o indivíduo moderno é um ponto de cruzamento de vários círculos sociais, sendo um pólo de relações e tensões. Remetendo a Gastaldo (2005), a partir da observação dos homens nos bares pesquisados, ele descreve que o “ser homem” se relaciona muitas vezes com o aceitar desafios propostos por outros homens. O mesmo ressalta que, em alguns casos, a interação atinge os limites de ser considerada brincadeira em função de seu conteúdo agressivo. As brincadeiras jocosas no contexto estudado adquirem forma teatral e performática, evidenciando o alinhamento dos participantes que tem o futebol como uma das principais formas de interação entre homens. Constantemente essas brincadeiras jocosas apresentam conteúdo de homofobia e oposição ao lugar feminino: “Olha ali a bichona... Pena que daqui não dá pra jogar um radinho de pilha nele!”

(p.118, Gastaldo, 2005). Essa é uma forma de desqualificar um homem perante aos outros, questionando sua virilidade e masculinidade.

A homofobia é também uma característica dessa relação jocosa, demonstrando-se como uma expressão de dominação masculina por parte do executor ao desqualificar o outro como homem (ativo e viril), fruto do papel imposto pela masculinidade hegemônica instituída pelas normas de gênero no Brasil. Nesse sentido, essa violência escolar que projeta a homofobia, remete aos padrões de masculinidade em que o outro, tido como homossexual, é convidado a se reinserir nas normas de gênero estabelecidas pela via agressiva da brincadeira jocosa, podendo em alguns momentos também serem caracterizadas como bullying. Assim, a discriminação assume uma forma específica viabilizada pelo bullying, embora a homofobia não possa ser restringida ao mesmo, sendo essa uma de suas facetas. Para auxiliar à compreensão do processo de discriminação e estigma, busca-se autores que abordam essa questão.

Goffman (1982) faz uma referência à origem do termo “estigma” à Grécia antiga, onde a palavra era uma referência aos sinais corporais que evidenciavam alguma característica do indivíduo que poderia ser relacionada à sua condição moral. Geralmente os sinais eram feitos como forma de aviso a quem viesse a ter contato com o indivíduo estigmatizado. O conceito moderno de estigma é elaborado por Goffman da seguinte forma:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na verdade é uma linguagem de relação e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (Goffman, 1982)

Os indivíduos são estigmatizados em função de determinados atributos que levam consigo. Estigmas são marcas que são acionadas para facilitar o processo de discriminação entre os indivíduos, pois estes são discriminados quanto a pertença ou não à uma classe econômica, grupo étnico, classe social, grupo com certa orientação sexual e etc. Os grupos sociais discriminam os indivíduos todo tempo, ora de forma positiva e ora de forma negativa. Porém, nesse trabalho a discriminação será focada no seu viés negativo, em relação aos homossexuais. A discriminação quando tratada aqui, deverá ser entendida principalmente como um ato de conduta, que viola direito com base em critérios sexuais, independentemente da motivação que lhe deu causa, conforme definido por Silva Junior (2002).

Para Silva Junior (2002) o preconceito nada mais é que uma atitude, que nega dois pressupostos básicos da racionalidade (dimensão cognitiva) e o pressuposto da afeição humana (dimensão afetiva). Logo, quando um indivíduo ou grupo de indivíduos age de forma preconceituosa, eles tendem a ser irracionais e contrários a afeição humana. Desconsidera-se o que há de positivo na diversidade humana para que haja foco num elemento tomado como negativo e degradante.

3. Metodologia

Este estudo é uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, que tem por base o referencial sócio-antropológico e sua interface com o campo da Saúde Coletiva. Tem o objetivo de compreender as representações de profissionais da educação não formal¹³ acerca da homofobia neste contexto escolar.

¹³ Bianconi & Caruso (2005) explicitam diferenças entre educação formal, educação informal e educação não-formal, considerando esta última como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino.

Deslandes & Gomes (2004), ao abordar a pesquisa qualitativa nos serviços de saúde, ressaltam a importância da antropologia como referencial interpretativo. Os autores ainda enfatizam que a adoção das metodologias qualitativas contribui para uma abordagem “mais inclusiva da complexidade que constitui o objeto saúde” (p. 116).

3.1 Contatos institucionais e com os sujeitos da pesquisa

Os participantes dessa pesquisa são profissionais da educação não formal, de uma instituição que caracteriza-se por oferecer cursos semi-profissionalizantes na cidade de Campos dos Goytacazes voltado para crianças e adolescentes. Esses cursos não correspondem ao ensino regular preconizados pelo MEC, mas sim uma educação complementar e paralela a de seus alunos, que freqüentam o Ensino Fundamental e Médio. Foram constituídos dois grupos: um que participou do curso “Enfrentamento da Violência e Defesa de Direitos na Escola” e outro que não participou do referido curso.

Esse curso ocorreu no ano de 2010, em várias cidades do Estado do Rio de Janeiro, e teve como objetivo possibilitar a reflexão sobre as formas de violência nas escolas do Brasil, tanto as que se originam em diversos espaços sociais e invadem o espaço escolar quanto as que são produzidas na escola. O curso teve como público-alvo professores e demais integrantes da equipe escolar dos seguintes locais: Angra dos Reis, Parati, Barra Mansa, Itatiaia, Resende, Penedo, Vassouras, Volta Redonda, Três Rios, Além Paraíba, Bom Jesus do Itabapoana, Monte Alegre, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Paraíba do Sul, São João da Barra, Casimiro de Abreu, Macaé, Ururá, São João de Meriti, Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu, Paracambi, Mesquita, Nilópolis, Sapucaia, Magé, Sumidouro, Queimados, Duque de Caxias, Bonsucesso, Floriano, Rio de Janeiro, Belford Roxo, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Itaipava. A carga horária do curso foi de 80 horas distribuída em três meses (70% presencial e 30% virtual). As aulas presenciais foram ministradas no Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Volta Redonda,

Campos dos Goytacazes e Macaé. Os conteúdos abordados compreenderam: a) Educação em Direitos Humanos; b) Violência, suas especificidades e manifestações na escola (bullying, gênero, sexualidade, raça e violência familiar); c) Como a violência pode afetar as crianças e os adolescentes; d) Promoção da saúde e prevenção da violência na escola; e) A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes; e f) Elaboração de um projeto de intervenção local. A criação desse curso também atende ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que tem o intuito de orientar políticas, ações e programas comprometidos com o respeito aos direitos humanos, processo a ser aprendido e vivenciado buscando uma cidadania ativa. Em Campos a divulgação do curso se deu através da Secretaria Municipal de Educação da cidade, e a inscrição foi aberta a qualquer funcionário da rede. A grande participação dos funcionários da Fundação escolhida se deu em função do acolhimento de adolescentes em conflitos com a lei e vítimas de violência. Assim, percebe-se que a instituição já lidava com a temática de adolescentes estigmatizados.

O encontro inicial com esses sujeitos ocorreu por ocasião da observação de seis aulas do curso “Enfrentamento da Violência e Defesa de Direitos na Escola” promovido pelo Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/CLAVES da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ENSP, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, com o objetivo de estabelecer uma rede de contatos.

Para estabelecer essa rede buscou-se acompanhar a dinâmica das aulas e a participação dos profissionais. Inicialmente esse curso foi pensado para professores, no entanto, percebeu-se a presença em maior parte de outros profissionais da educação (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos), fato que também despertou o interesse dessa pesquisa em compreender as representações desses profissionais.

Um fator relevante no processo de inserção no campo trata-se do vínculo estabelecido com os profissionais desta Fundação no momento de observação das aulas

do curso em Campos. Os mesmos ao saberem da pesquisa muito se interessaram pelo tema e prontamente levantaram a possibilidade da pesquisa ocorrer no seio da instituição, facilitando todos os contatos necessários para uma inserção nesse campo. Assim, ousa-se afirmar, que não apenas essa pesquisa escolheu esse campo, mas também o campo escolheu essa pesquisa.

A partir dessa interação inicial no referido curso foram feitas três visitas à Fundação a fim de obter as autorizações da instituição para a inserção do pesquisador no campo e para o Comitê de Ética da ENSP. Para facilitar esse processo, a pesquisa contou com um informante-chave que mediou o contato com o presidente da Fundação.

Foram realizados contatos via e-mail com todos os participantes do curso para que pudessem expressar seu interesse ou não em participar da pesquisa e também para que sugerissem datas possíveis para sua participação. A aproximação com o grupo de profissionais não participantes do curso do CLAVES foi possível graças à colaboração do informante-chave, que os contactou e de forma livre optaram por participar da pesquisa.

3.2 Seleção dos sujeitos da pesquisa

A seleção dos informantes se deu de forma espontânea e aberta a todos que demonstraram interesse. Seguem os critérios de inclusão e exclusão para o Grupo I: a) possuir pelo menos um ano na instituição – tempo considerado para que se crie um vínculo; b) Ter participado da integralidade das aulas do curso “Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos na Escola”; c) Residir em Campos dos Goytacazes; d) Concordar com o “Termo de Consentimento”. Os critérios de inclusão e exclusão para o Grupo II foram os mesmos, exceto pela condição de não ter participado do curso “Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos na Escola”.

Essa investigação não apresentava o intuito de fazer uma avaliação do curso, pois para que fosse realizada, a mesma exigiria distintos critérios e não se aplicava como objetivo dessa pesquisa. O foco era perceber como os profissionais, participantes e não-participantes lidavam com a temática das homossexualidades, tendo talvez como objetivo secundário o intuito de perceber a colaboração do mesmo para a discussão das violências, especificamente as que são oriundas de uma inflexibilidade acerca dos modelos de gênero. Entretanto, essa divisão ratificou uma questão – observada pelos organizadores em todos os municípios em que o curso ocorreu - de que não conseguiram alcançar, em escala esperada, seu público-alvo inicial, os professores. Entre os profissionais da educação inscritos na cidade de Campos, estavam assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, representantes da Secretaria de Educação, com pouca participação de professores.

3.3 Instrumentos da pesquisa

Foi elaborado um diário de campo com os registros das aulas observadas no curso “Enfrentamento da Violência e Defesa de Direitos na Escola”. Esse registro auxiliou no processo de entrada no campo e seleção da instituição para desenvolver esta investigação.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa foi criado um roteiro semi-diretivo visando orientar a condução dos grupos focais. Esse roteiro apresentou dois eixos. O **Eixo 1** visou identificar a visão dos profissionais sobre as interações entre os gêneros no contexto escolar e, embora a condução do grupo tenha sido semi-diretiva, o roteiro dos entrevistadores apresentou as seguintes perguntas visando nortear a temática: *a) Você consegue identificar diferenças na educação de meninos e meninas? b) Como são as brincadeiras aqui na Fundação? Alguma você considera errada? c) Qual o tipo de atrito ou confusão mais comum? d) Os meninos e meninas brincam juntos? Quais os*

tipos de curso mais freqüentado por meninas? E por meninos? e) Qual a relação dos colegas de classe quando meninos fazem cursos “de meninas” e vice-versa?. O Eixo 2 buscou analisar as estratégias adotadas pelos profissionais para abordarem a temática da homossexualidade com os alunos e contou com as seguintes perguntas norteadoras: *a) Tem algum aluno com comportamento considerado “diferente” dos outros? Como você lida com essa “diferença”? E os outros alunos? b) Quais as dificuldades encontradas para conversar com os alunos sobre homossexualidade? c) O que você acha do novo Kit do governo que está em debate atualmente? O que pensa sobre a união estável para casais do mesmo sexo aprovada pelo Supremo Tribunal Federal? d) Já houve algum comentário sobre homossexualidade no dia-a-dia? Como foi? Você já vivenciou essa situação? e) Existe discriminação sexual aqui? Como detectar? O que fazer a respeito?*

3.4 Procedimentos para a Coleta de Dados

Para a coleta dos dados recorreu-se à técnica do grupo focal. Esse método consiste em uma estratégia de pesquisa qualitativa, não-diretiva, que possui como finalidade coletar dados via interações grupais ao se discutir um tema sugerido pelo pesquisador. O grupo focal pode ser pensado como um microcosmo da realidade, um laboratório onde a própria sociabilidade é recriada, representada em seus princípios. Além disso, essa estratégia permite que o pesquisador contextualize as respostas dos participantes, considerando percepções e visões de mundo dos indivíduos ou grupos profissionais objeto de investigação (p. 109, Minayo, 2000). É como se o grupo focal permitisse acessar uma idéia além da opinião pessoal em prol de um consenso coletivo comum aos integrantes do grupo, com discursos e atuações condizentes com essa crença. A realização dos grupos focais ocorreu na cidade de Campos dos Goytacazes,

no mês de maio de 2011, e contou com o auxílio de uma pesquisadora doutoranda do curso de Sociologia Política da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), responsável pela condução das perguntas de forma aberta e espontânea, visando permitir maior flexibilidade possível do roteiro. O desenrolar dos grupos foi tranquilo, embora o tema seja pouco discutido na escola como apontaram os participantes. Em função de fatores externos a realização da coleta das informações, por meio de dois grupos focais (um com profissionais que fizeram o curso do CLAVES e outro com profissionais que não fizeram tal curso), foi adiada duas vezes, o que pode justificar a considerável queda do número de participantes. Entretanto, tal fato também colaborou para uma seleção prévia dos principais interessados em debater essa temática. O Grupo I ficou constituído por cinco pessoas e o Grupo II contou com quatro participantes. Ambos os grupos possuíam homens e mulheres.

Essa técnica permitiu aos sujeitos uma expressão mais aberta de seus pensamentos acerca do tema. No momento da coleta não foi percebida distinção de desempenho em função do gênero dos interlocutores. Nenhum participante se posicionou contrário à publicação dos dados, e a gravação do grupo focal não pareceu intimidar os mesmos. Todos assinaram autorização, conforme procedimentos éticos da ENSP/FIOCRUZ.

Percebe-se também que a técnica escolhida possibilitou aos participantes um aprofundamento da temática levantada. Tal fato foi percebido no final do grupo, momento em que alguns apontaram satisfação em problematizar a temática e pensar em novas questões acerca do tema discutido.

3.4.1 Caracterização dos participantes

A idade média dos participantes dessa pesquisa foi de 43,9, todos residentes no município de Campos dos Goytacazes-RJ. A maior parte foi de mulheres, que

ocupavam cargos de nível superior. Entre as mulheres apenas uma não revelou a escolaridade no momento da pesquisa. Entre os homens, dois possuíam graduação e dois não revelaram sua escolaridade. Todos os participantes que não revelaram a escolaridade possuíam o cargo de “Instrutor de Alunos”. Dentre os profissionais entrevistados, tal cargo era o que contava com uma menor remuneração, seguindo dos professores e posteriormente os técnicos (aqui entendidos como pedagogo, psicólogo e assistente social).

No quadro 1 encontram-se listados os participantes do Grupo I que são técnicos da Fundação (psicólogo, assistente social e pedagogo) com exceção de uma funcionária que embora fosse graduada em psicologia exercia o cargo de auxiliar administrativo. A mesma foi incluída no grupo, pois houve a percepção de que ela também auxiliaria na discussão dos casos da equipe técnica, e no decorrer do curso foi apontada pelos colegas de trabalho como psicóloga. Portanto, todos profissionais que compõe a equipe multiprofissional da Fundação possuem nível superior e não realizam atividades em sala de aula. A função da equipe engloba atender demandas específicas, que envolvem crianças e adolescentes em situação de violência, risco social, e também casos em que ocorrem conflitos entre os alunos, inclusive os que envolvem homossexualidades.

Todos os profissionais desse grupo participaram do “Curso de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos na Escola” promovidos pelo CLAVES/ENSP/FIOCRUZ.

Quadro 1: Caracterização dos integrantes do Grupo I (participantes do curso do CLAVES)

Nome¹⁴	Idade	Gênero	Cargo	Escolaridade
1-Bia	36	Feminino	Assistente Administrativo	Pós-graduação em Psicopedagogia
2-Laila	43	Feminino	Assistente	Pós-graduação

¹⁴ Nomes Fictícios

			Social	em RH e Gestão Municipal
3-Bruno	50	Masculino	Psicólogo	Pós-graduação em psicanálise
4- Teresinha	46	Feminino	Psicóloga	Pós-graduação em Saúde Pública

No quadro 2 encontram-se listados os participantes do Grupo II no qual três eram instrutores, ou seja, profissionais que instruíam os alunos na aprendizagem de algum ofício e dois eram professores. Esses últimos apresentavam curso de graduação que os habilitava para essa função. Os participantes tinham a idade média de 44 anos. Todos integrantes desse grupo lidavam diretamente com os alunos em sua atuação semanal. Tal fato colabora para a compreensão das distintas visões dos profissionais do Grupo I e do Grupo II acerca das homossexualidades.

Nenhum profissional desse grupo participou do curso promovido pelo CLAVES/ENSP/FIOCRUZ.

Quadro 2: Caracterização dos integrantes do Grupo II (não participantes do curso do CLAVES)

Nome ¹⁵	Idade	Gênero	Cargo	Escolaridade
1- Sávio	59	Masculino	Instrutor de Arte Gráfica	Não Informado
2- Gustavo	27	Masculino	Professor de Futsal	Graduação em Educação Física
3- Eloisa	36	Feminino	Instrutora de Cabeleireira	Não Informado
4- Beto	53	Masculino	Instrutor de Música	Não Informado
5 – Tina	45	Feminino	Projetos em sala de aula	Graduação em Matemática

A compreensão das distintas representações dos técnicos (psicólogo, pedagogo, assistente social - grupo I) e dos professores e instrutores (profissionais que ensinam

¹⁵ Nomes Fictícios

um ofício para os alunos e lidam com eles diariamente em sala de aula - grupo II) é um ponto abordado na exposição dos resultados.

Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios visando preservar a identidade dos participantes.

3.5 O campo em Campos

A escolha da fundação como local de investigação para o desenvolvimento desta pesquisa deve-se ao fato dela se caracterizar como um espaço de interações sociais entre crianças e adolescentes, e especialmente por ser o local em que os mesmos passam boa parte do seu tempo, com rotinas, lazer e também obrigações específicas. Outro fator relevante para a escolha deste cenário refere-se ao papel formador desta escola não formal que pode reforçar ou desconstruir preconceitos.

A instituição na qual foi realizado este estudo é uma Fundação municipal, instituída em 1990, por uma lei municipal, órgão criado e mantido pela prefeitura de Campos, não sendo, portanto, uma escola regular de ensino formal. Ela é responsável pela implantação de cursos para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no município, apresentando sete programas - responsáveis pela coordenação dos cursos – que são desenvolvidos em seis centros de acolhimento. São oferecidos os seguintes cursos: arte em tecido, arte em madeira, arte gráfica, cabeleireiro/manicure, eletricista de autos, informática, lanternagem, marcenaria, mecânica, pintura auto-motiva, reparador de eletrodoméstico e eletricista predial. Existem também projetos especiais de cultura (com atividades de música, dança, capoeira, bate-lata, rádio, teatro), de esporte (basquete, futebol de areia, futsal, handebol, voleibol) e artes marciais (Taekwondo e Kung-Fu). Os cursos ocorrem, em grande maioria, na matriz da Fundação – unidade escolhida como campo dessa investigação por sugestão dos próprios informantes.

Executa programas e projetos de cunho sócio-psico-pedagógico e esportivo, por meio de uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, fonoaudióloga, médicos, dentistas, nutricionista e professores, desenvolvendo metodologias, técnicas e procedimentos voltados para as crianças e adolescentes. Busca o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes como seres sociais, por meio de atividades sócio-culturais e esportivas, orientação para os estudos, cursos semi-profissionalizantes e preparação para o mercado de trabalho. (Texto retirado do site da Fundação)

Para entender melhor as representações aqui analisadas, busca-se, a seguir, a caracterizar brevemente as condições sócio-históricas e econômicas da cidade de Campos dos Goytacazes. Vale ressaltar que houve grande dificuldade para aquisição de um material que pudesse ser considerado um referencial histórico da localidade abordada.

Pereira Pinto (2006) descreve que Campos é o maior município do estado do Rio de Janeiro, com mais de 9% do território fluminense. Sua importância em nível federal não é recente. Em 1872, na ocasião do I Recenseamento Nacional, Campos era a quarta maior cidade em população do país (depois, respectivamente, do Rio de Janeiro, Recife e Salvador). Um pouco mais de cem anos depois, em 1980 o município passa para o décimo oitavo lugar em população.

O autor apresenta informações sobre o I Recenseamento, que aponta um grande número de escravos, tornando Campos um dos maiores pólos de escravos do Brasil. Vale ressaltar que as condições sanitárias eram muito precárias e facilitavam as epidemias. Entretanto, o autor ressalta que pelo fato da cidade se situar numa planície e apresentar um clima com muitos ventos, as epidemias não tomavam proporções maiores.

Em virtude das atividades agrícolas e industriais formaram muitas vilas e sedes distritais com características urbanas e hábitos peculiares.

O autor transmite a idéia de que foi construída uma forma de regionalismo patriota. Assim, para Pereira Pinto (2006), o campista, nunca diz 'sou fluminense ou sou

do Rio de Janeiro' associando esse fato ao orgulho de 'ser campista'. O autor acrescenta ainda que esse orgulho campista pode ser compreendido através da percepção da história da cidade, que teve destaque no cenário nacional, e um isolamento secular da região. Entretanto, pode-se levantar a hipótese de que essa é uma característica que parece ser própria do Estado do Rio de Janeiro. Por exemplo, o "macaense" (natural da cidade de Macaé-RJ), o fidelense (natural de São Fidélis-RJ) também não se consideram fluminense.

Essa percepção de que o campista apresenta uma certa apreciação pelo local a partir de sua não identificação como fluminense, ou sua identificação como campista também foi constatada por Pessanha (1999) que também afirma que o campista quando se apresenta ele não se expõe como brasileiro nem fluminense, mas como campista, associando tal fato a uma grande auto-estima dessa população.

A história de Campos retrata um passado de glória no cenário nacional. A cidade recebeu a Santa Casa de Misericórdia, como uma importante instituição que era característica de capitais e cidades importantes no país. Possuiu a Roda dos Expostos¹⁶, sendo essa compreendida como uma lição de caridade.

Pereira Pinto (2006) aborda que entre as décadas de 60 a 90 Campos e todo o norte fluminense perdeu voz política, econômica e social. Assim, a cidade serve de domínio de grupos políticos e econômicos que exploram a miséria, sob a forma de baixos salários e corrupção.

Entretanto, o autor ressalta ainda sua importância no cenário do petróleo, abordando que a Bacia de Campos (que leva o nome da cidade pelo fato de ser a maior no contexto espacial das cidades petrolíferas) é responsável por 82% da produção nacional de petróleo.

¹⁶ "Roda dos expostos" refere-se uma armação giratória, feita de madeira, situada no muro ou janela do hospital, no qual a criança era depositada, sendo que ao girar o artefato, a criança era colocada para dentro do mesmo sem identificar quem a estava a colocando.

Para compreender melhor a atual situação do desenvolvimento social do município estudado seguem alguns indicadores socioeconômicos na tabela 1.

Tabela 1: Índices socioeconômicos: IDH (2000) e IDI (2004)

Índices	Índice de Campos dos Goytacazes	Posição no Estado do Rio de Janeiro	Posição Nacional	Índice do Estado do Rio de Janeiro	Índice Nacional
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹⁷	0,752	54°	1.818°	0,807	0,766
Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) ¹⁸	0,761	43°	1.003°	0,746	0,667

Comparado com o índice nacional e com o índice do estado do Rio de Janeiro, Campos apresenta um baixo IDH. No que tange ao IDI, a cidade encontra-se acima dos índices estadual e nacional.

A população de Campos é preponderantemente feminina e urbana.

Tabela 2: Composição da população por sexo – CENSO 2010

Município	Total de Homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população
Campos dos Goytacazes	223.100	240.445	418.565	44.980	463.545

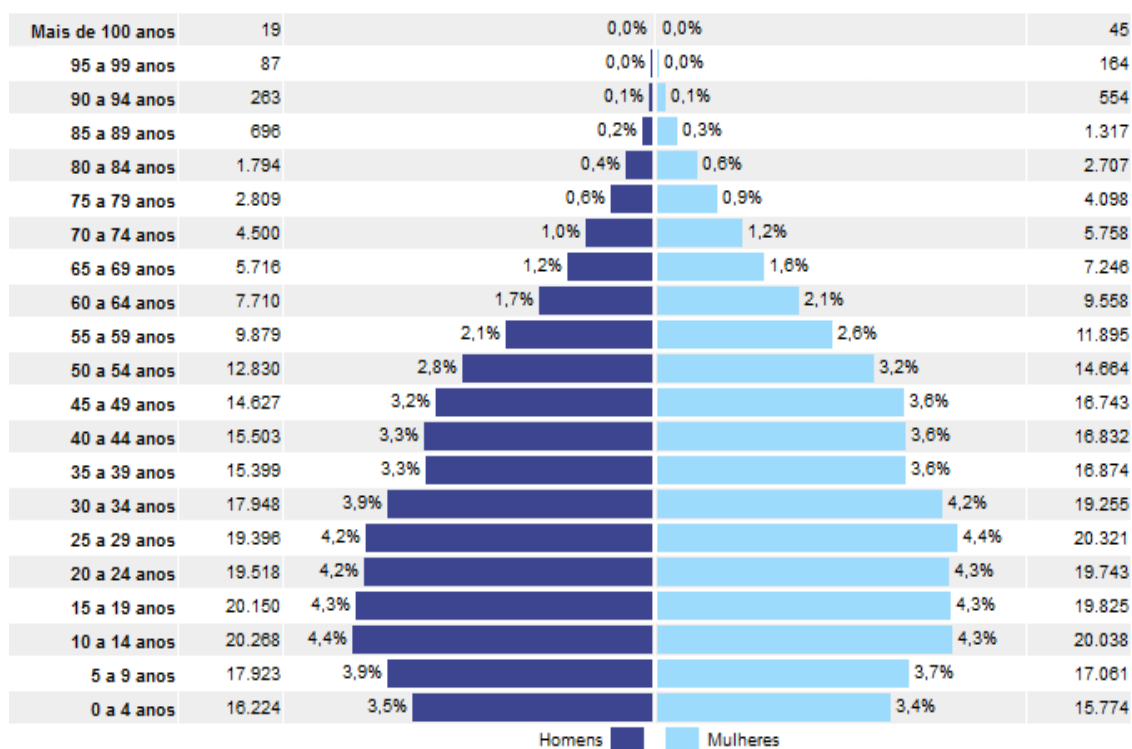
Quando comparada com os municípios do Estado do Rio de Janeiro, Campos é a 7ª maior cidade em população e a maior do interior em 2010.

Apresenta uma população predominantemente jovem (entre 10 e 29 anos), como pode ser verificado na tabela a seguir.

¹⁷ Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000).

¹⁸ Índice do Desenvolvimento Infantil – IDI: UNICEF Brasil (2004).

Tabela 3: Distribuição da população por sexo segundo os grupos de idade em Campos dos Goytacazes (RJ) – CENSO, 2010



Segundo o IBGE, de 2007 para 2008, Campos dos Goytacazes apresentou o maior ganho de participação percentual no PIB¹⁹ do país, entre os municípios com pelo menos 0,5% do PIB nacional, devido ao aumento de produção de petróleo e gás natural e à alta do preço do petróleo, em reais, chegando a gerar 1% de riqueza para o país. Entretanto, em 2009, em função da queda do preço do petróleo o PIB da cidade caiu para 0,6%.

3.6 Organização, processamento e análise dos dados

O material analisado nesta dissertação é proveniente da transcrição dos dois grupos focais realizados. Este estudo buscou com uma abordagem qualitativa compreender as representações desses profissionais da educação acerca das relações de

¹⁹ O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos indicadores mais utilizados para mensurar a atividade econômica de uma região.

gênero e visões sobre homossexualidades (propositalmente no plural por existirem muitas formas de expressão) no contexto escolar.

A organização inicial dos dados ocorreu a partir do próprio roteiro e foi criada uma estrutura de análise que permitisse uma comparação das semelhanças e diferenças entre as respostas dentro de cada questão, considerando as especificidades de cada grupo.

A análise dos resultados se deu através da representação dos profissionais acerca das homossexualidades.

A compreensão das distintas representações dos técnicos (psicólogo, pedagogo, assistente social - grupo I) e dos professores e instrutores (profissionais que ensinam um ofício para os alunos e lidam com eles diariamente em sala de aula - grupo II) será um ponto abordado nesse momento de análise

Os dados coletados nos grupos focais foram processados e analisados de acordo com o referencial da análise temática de conteúdo proposta por Bardin (1979) em sua adaptação feita por Minayo (1992), considerando as relevâncias evidenciadas pelos próprios informantes.

3.7 Aspectos Éticos

Este estudo atendeu aos critérios do Comitê de Ética da ENSP, obteve a devida autorização da instituição e dos profissionais envolvidos na coleta de dados. Foi aprovado junto ao CEP/ENSP sob o parecer N° 109/11, datado de 11/05/2011.

Em função dos critérios éticos estabelecidos em comum acordo com os participantes desta pesquisa, opta-se pela não revelação do nome da instituição e também pela utilização de nomes fictícios para os profissionais da Fundação.

4. RESULTADOS

A sistematização dos resultados desta investigação foi analisada a partir dos eixos que seguem. A opção pelos eixos descritos abaixo se deu a partir do roteiro previamente elaborado para o grupo focal.

O fio condutor desse capítulo é a representação dos profissionais sobre as homossexualidades (ou supostas), destacando-se visões estereotipadas sobre a construção binária da oposição entre os gêneros, comuns em vários outros contextos sociais que reproduzem a dominação masculina através da naturalização das tipificações de gênero.

As representações da homofobia neste campo foram investigadas e discutidas a partir da interação entre os alunos, cursos oferecidos, interação entre os grupos de profissionais, convivência dos alunos com colegas homossexuais (ou supostos), representação da homossexualidade masculina e feminina (momento em que um grupo demonstrou representações de lesbofobia), políticas para homossexuais debatidas no mês da realização da entrevista (Kit Contra Homofobia e União Estável entre Homossexuais) e prática com os alunos. É o que segue.

4.1 – A interação entre os alunos

Nesse momento foram consideradas as formas de interação entre os alunos. Na conformação das representações desses profissionais acerca da convivência entre os alunos será considerada a influência do marcador gênero para esse momento de análise, que foi simbolicamente representado pelas expressões *curso de meninos* e *curso de meninas*.

O foco nesse processo de interação se faz relevante em função dos apontamentos dos profissionais que em muitos momentos recorriam a experiências de interação entre os alunos. Além disso, no processo de interação é possível perceber como os modelos de gênero permeiam as relações no seio escolar, podendo legitimar homofobias.

Embora essa representação ocorra a partir dos discursos dos participantes, vale a ressalva de que nem os alunos, nem os profissionais da Fundação pesquisada são recipientes passivos de mensagens sociais, mas encontram-se em constante processo de (re)negociação das relações nas interações.

4.1.1 – Relações de gênero: “curso de meninas” e “curso de meninos”

Conforme já relatado, a Fundação escolhida apresenta uma série de cursos voltados para crianças e adolescentes. Os mais abordados no decorrer da análise foram o de cabeleireira, arte gráfica, música, futsal e culinária. Tal fato justifica-se em função dos professores e instrutores componentes do Grupo II serem os responsáveis por ministrar os cursos supracitados.

No que tange a **relação entre os gêneros** os profissionais informam que inicialmente a instituição fazia uma divisão desses e de todos os cursos por gênero (distinguindo “curso para meninos” e “curso para meninas”), posteriormente modificada para possibilitar uma maior diversidade de escolha para os alunos, considerando suas afinidades e seus interesses. Entretanto os profissionais percebem que os meninos tendem a escolher mais alguns cursos e as meninas outros, segundo os modelos de gênero, socialmente aceitos. Seguem frases acerca da representação dos profissionais sobre as relações entre os gêneros no que tange a escolha dos cursos pelos alunos:

Hoje em dia não é mais projeto especial não, mas os meninos tendem a escolher mais o futsal, as meninas vão mais para a dança ou, não sei, para a música, teatro, já os meninos vão mais para o futsal, handebol, vôlei. (Gustavo, Grupo II)

Hoje em dia já se diluiu bastante, né?! Antes tinha mais essa diferenciação[...] Existe um estranhamento ainda, mas já se diluiu bastante. (Laila, Grupo I)

A menina quando optava pelas oficinas, ela optava mais assim, cabeleireiro, culinária, é... as atividades... artesanato, e de tecido, aquela atividade mais voltada para aquilo que a menina foi ensinada a ser, né? Trabalho de menina, atividade de menina! Hoje, a gente vê isso mais diluído, a gente já vê menina com interesse na mecânica, na pintura de automóvel, é... a gente vê meninos querendo ir para a culinária, querendo... artesanato já é mais difícil, porque já é mais habilidade manual mesmo, também acho que foca mesmo na questão do interesse. (Laila, Grupo I)

Bourdieu (1999) remete a oposições homólogas entre o masculino e feminino, em que algumas características como duro, forte, seco é associado ao homem e outras como mole, fraca, úmida são associadas a mulheres. Nessa lógica, cursos que se caracterizam como “para meninos” são relatados como aqueles que de alguma forma colaboram para a construção de um ideário masculino como forte, duro, e o inverso ocorre com cursos considerados “para meninas”. Gomes (2008) aponta a perspectiva de gênero como algo relacional, ou seja, o que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino e vice-versa.

Entretanto a idéia de que alguns cursos são para meninos e outros são para meninas tem sido *diluída* na Fundação, a partir das escolhas de alguns alunos que se inscrevem em cursos historicamente associados ao gênero oposto. Essa expressão nativa do grupo de profissionais permite a compreensão de uma maior aceitabilidade da diversidade de gênero no seio da instituição com o passar dos anos. Outra expressão utilizada pelos profissionais foi **abertura** se referindo a convivência entre os gêneros em cursos associados a um modelo específico (homem ou mulher).

Embora haja essa **abertura** por parte da instituição, no que tange a **relação entre os gêneros**, os técnicos alegam que há **estranhamento** por parte dos outros alunos quando a opção pelo curso não corresponde à expectativa do gênero, sendo o(a) aluno(a) visto(a) como homossexual, fato constatado pelos profissionais do Grupo II.

Até ainda há um estranhamento dos meninos quando uma menina, por exemplo, opta por mecânica. Existe esse estranhamento ainda, mas isso tem, eu acho que isso tem se diluído mais (Laila, Grupo I)

É, salão de cabelereiro, entrou é gay [...] já taxa, é fogo! (Eloisa, Grupo II)

Só por ela ser do taekwondor [...] chamavam ela de sapatão. (Tina, Grupo II)

O salão é terrível! Por que vai fazer escova, vai fazer curso, pra eles é gay! Já entram assim, aí eu chamo para fazer curso e falo: “não, mas porque? Porque você não vai fazer tem unzinho que está doido para fazer, mas não quer fazer, vai dizer: “ eu não, vai dizer que eu sou gay”. (Eloisa, Grupo II)

Disse que começou os colegas dele, tipo assim, de brincadeira, ele queria parar de estudar o violino, que violino é instrumento de gay, instrumento de, de, de moça. Isso é instrumento de bicha. O garoto não está mais querendo estudar o violino, e ele toca divino, mas muito bem. (Beto, Grupo II)

Os profissionais do Grupo II apresentam maior proximidade dos alunos, visto que por atuarem em sala de aula como instrutores ou professores, possuem essa relação direta. Tal fato justifica uma maior e descritiva percepção, em função de suas vivências profissionais.

4.1.2 ‘A resistência dos professores’: uma visão dos técnicos

Duas técnicas do Grupo I ressaltam que na relação entre **os professores instrutores e alunos**, os primeiros apresentam maior inflexibilidade acerca das

representações de gênero e fomentam a divisão curso de meninos e curso de meninas, reproduzindo a problemática da relação entre os gêneros em sala de aula. Há uma reafirmação de determinada *resistência dos professores* quanto a possuir alunos de ambos os sexos em cursos historicamente associados a um determinado modelo de gênero. Essa idéia de resistência foi trazida pelos técnicos informa a crença de que os professores reproduzem uma dicotomia existente entre masculino e feminino ao atribuir cursos para meninos e cursos para meninas.

Informalmente o próprio professor instrutor, ele colocava essa barreira, não que tivesse uma regra formal, né? A instituição nunca pôs essa regra formal, mas automaticamente já havia uma sele... uma pré-seleção, assim, intuitivamente prá forçar a escolher a atividade mais voltada pra aquilo que se diz ser menino, ou o que se diz ser menina. (Laila, Grupo I)

Mas aí tinha a resistência dos professores. Quando eu entrei o cenário era esse, e os próprios alunos começaram a nos questionar: ‘mas não pode por quê?’ Aí nós fomos aos professores de volta, porque quem faz a matrícula somos nós técnicos, né? Aí o professor começou: ‘né... tá... porque eles... o comportamento não é o mesmo, o grupo fica dividido, as meninas tem um jeito, os meninos tem outro.’ Tá! Mas tem alguma coisa [problema]? Não, não tem! Então, começou, voltou a ter as turmas mais mistas. (Teresinha, Grupo I)

Na verdade, é muito mais uma atitude do professor do que a do prédio [instituição]. (Laila, Grupo I)

Recorrendo a posição de Becker (2008), que problematiza o desvio adotando uma concepção fluída quando comparada a idéia de normalidade (estatística), os professores ocupam a posição de *outsiders*, que parecem fugir do papel libertador, detentor de sabedorias, e facilitador de mudanças positivas, inclusive acerca da promoção de autonomia e cidadania.

O estranhamento, apresentado pelos professores em relação a esses alunos *desviantes* do acordo social - baseado na normatividade do gênero hegemônico, em

alguns momentos é estendido a todos profissionais. Embora no momento dos relatos supracitados todos os técnicos tenham concordado com a posição de que os professores também compartilham com os alunos o estranhamento aqui citado, outro técnico amplia a resistência de abertura, do curso para toda a equipe:

As pessoas no início não queriam muito abrir o espaço a isto... eram cursos de meninos e cursos de meninas. (Bruno, Grupo I)

A gente, normalmente às vezes tinha tendência a falar aos meninos quais cursos que tinha e acabava isolando o curso das meninas e com as meninas falávamos o **curso femini...** e (dois segundos de silêncio), possivelmente seria só para mulheres, né? E excluía os masculinos, depois passamos a fazer diferente. Não! Vão abri! Para ver o que vai dar” (Bruno, Grupo I)

As falas acima permitem a compreensão de que na visão desses técnicos participantes do Grupo I o professor pode ser um grande obstáculo para a possibilidade de **abertura** dos cursos para ambos os gêneros. Seguindo o raciocínio dos técnicos supracitados seria essa forma de “rejeição” uma estratégia dos professores para não ter que lidar com as homossexualidades em sala de aula? Seria esse ato uma forma de homofobia em si?

Ressalta-se que há uma contradição entre os profissionais quanto ao momento em que houve essa abertura. Um responde que a abertura se deu há dois anos e outro se refere a uma presidente da Fundação para informar que a abertura se deu há oito anos, possibilitando assim o levantamento de dúvidas quanto a real proporção dessa abertura e flexibilidade institucional no respeito a diversidade de gênero.

A escola reproduz a desigualdade entre os gêneros que na maioria das vezes foram estabelecidos em outros contextos fora da escola, sendo apenas mantidos em sala de aula.

4.1.3 – “Ô rapaz, vai pro seu setor!”: Convivência dos alunos com (supostos) homossexuais

A partir do discurso dos profissionais acerca da divisão entre meninos e meninas por curso, foi possível analisar como os pares lidavam com situações em que alguns adolescentes se afastavam do modelo de gênero esperado socialmente. Uma primeira questão apontada foi com relação ao uso do banheiro por uma professora:

O Diogo falava: ‘eu só coloco bermuda aqui, porque lá fora eu só visto como menina, eu sou uma menina’[...] Ele estava colocando silicone já, ele se sentia uma menina, só que né, para vir para cá... colocaram a questão do banheiro, de menino e menina, tinha um nome de menino, ele usava short porque ele tava aqui dentro. (Tina, Grupo II)

Ao explicar sobre a homofobia entre os alunos, os profissionais de ambos os Grupos relatam que não é comum haver agressão. Entretanto é preciso esclarecer que eles entendem esse termo como sinônimo de violência física, não incluindo piadas e brincadeiras jocosas.

Quando acontece um problema, assim, de um garoto ter trejeitos femininos, eles não agridem aqui dentro, nunca foi pego por nós, assim, agressão! É piadinha boba... Aí o outro estava chutando a bola e tava meio mole aí o outro chegou assim: aí rapaz, chuta essa bola! Chuta como homem! Entendeu? (Bruno, Grupo I)

É mais isso mesmo, chamar, ofender. (Gustavo, Grupo II)

Ele tá sendo muito massacrado. (Tina, Grupo II)

Entretanto, outras percepções são compartilhadas pelo Grupo I. Embora tenha classificado a piada como boba, o psicólogo demonstra certa preocupação em considerar uma situação de homofobia que envolveu dois meninos durante o futebol. Considerou a piada como uma forma de violência e mediou o conflito, ouvindo as versões dos alunos, incluindo a fala do autor da violência.

Mas, trouxe os dois para conversar, como trouxe os dois, porque por... o agredido se sentiu agredido, sentiu violentado, trouxe...

(aproximadamente quatro segundos de silêncio) eu e o assistente social tivemos uma outra escuta. Vamos ouvir esse garoto [o autor da piada] também, que tá falando isso, como que é essa história aí! Não é? Ih, de perguntar para ele, como ele se sentiria se fosse o inverso, né? Se ele tivesse toda uma questão ligada com a sexualidade dele, se ele tivesse todos trejeitos e achassem que ele fosse homossexual, é, como se sentiria? Se ele achava que isso era errado, se era pecado, o que, que ele achava dessa situação. E à medida que a gente foi conversando o menino foi se sentindo relaxado (Bruno, Grupo I)

A homofobia é uma das características dessa relação jocosa, demonstrando-se como uma expressão de dominação masculina por parte do executor ao desqualificar o outro como homem (ativo e viril), fruto do papel imposto pela masculinidade hegemônica instituída pelos modelos de gênero no Brasil (Gastaldo, 2005; Frúgoli Junior, 2007).

Comportamentos que se referem à relação jocosa descrita acima foram mais relatados pelos informantes do Grupo II. Esses profissionais relataram nove situações em que a homofobia se expressava pela via da brincadeira jocosa nas interações entre os alunos. Esses informantes ainda enfatizaram que os agentes das brincadeiras eram, na maioria dos casos, meninos, informando que as meninas lidam melhor com as homossexualidades. Fato também apontado por Abramovay (2004, 2009) que investigou a homofobia na escola chegando à conclusão que as meninas tendem a uma maior aceitabilidade dos homossexuais.

Lá por exemplo, na sala de música, esses que passaram agora, uns três lá e os garotos ficam só mexendo com eles, eles ficam na deles. Já as meninas não, nem, tá nem aí, se enturmam até com eles (...)" (Beto, Grupo II)

Mais os meninos mexendo com ele do que as próprias meninas, entendeu? (Sávio, Grupo II)

Eles não querem ficar junto com os meninos, que os meninos começam a puxar, puxando o cabelo deles, mexendo com eles, né?! (Tina, Grupo II)

Os profissionais do Grupo II declaram perceber a diferença entre homossexuais e os outros alunos, e ainda relatam que em alguns casos a forma como os outros alunos buscam lidar com a situação é “**ignorante**”, e recorrendo crenças religiosas. No âmbito das crenças religiosas, os profissionais citam um exemplo em que um aluno sugeriu exorcizar o colega, transmitindo a idéia de que sua suposta homossexualidade fosse uma possessão ou algo demoníaco.

Para esses profissionais, alguns alunos, supostamente, conseguem lidar com as ofensas dos colegas de forma assertiva. Essa assertividade estaria associada ao fato dos mesmos “se assumirem homossexuais”. Entretanto a forma para lidar com a ofensa é bem diversificada, segundo relato dos profissionais do Grupo II. Em alguns casos, a reação é agressiva.

Foi no pátio, passando eu vi: ‘não, eu sou gay mesmo’? Falando, um garoto chamando ele de gay e ele foi e falou, eu não me lembro foi quem, mas já teve caso assim, de chegar e assumir assim. (Sávio, Grupo II)

Tem gente que leva na boa, mas tem gente, ‘cê vê’, que fica retraída, vai para o canto, fica isolada. (Gustavo, Grupo II)

Ela tinha um jeito agressivo de lidar com a situação. Ela usava até um jogo, que era naquela época a luta, para agredir os outros. (Tina, Grupo II)

Ele quer falar alto, ele é autoritário pra se defender[...] (Tina, Grupo II)

Alguns alunos e também profissionais da educação podem reagir com resiliência, frente aos obstáculos e problemas advindos do contexto escolar, nas relações de gênero promotoras de violências, incluindo a homofobia. Para Assis (p.7, 2005):

A resiliência não é um atributo que nasce com o sujeito, mas sim uma qualidade que nasce da relação da pessoa com o meio em que ela vive; e que pode fortalecê-la para superar as dificuldades e

violências vividas. Desta forma, a resiliência pode ser trabalhada e estimulada por qualquer grupo social ou instituição escolar, comunidades, profissionais, famílias.

4.2 – As homossexualidades e supostos homossexuais: uma visão profissional

Para melhor compreendermos a visão desses profissionais acerca das supostas homossexualidades na escola pontuaremos uma diferença teórica importante. Gênero diz respeito a um modelo (masculino ou feminino) de identificação. Gomes (p. 68, 2008) aponta que esse conceito não é inflexível, variando assim, em cada época histórica, apresentando também expectativas de modelo aos quais os sexos devem ajustar-se para obter uma respeitabilidade social. Gênero refere-se a papéis construídos socialmente para o ser homem e o ser mulher.

Cabe, aqui, ressaltar que, a identificação por um modelo de gênero não pode ser diretamente associada a uma escolha de objeto de desejo sexual, ou seja, uma orientação sexual²⁰. Partindo dessa compreensão buscaremos entender a visão dos profissionais acerca de supostos homossexuais.

Ao abordar certa abertura acerca das possibilidades de expressão dos modelos de gênero, a profissional (Grupo I) relata uma experiência em que um menino se vestiu de mulher na quadrilha²¹, entretanto sem ter sua sexualidade questionada. A mesma compara esse momento como um “tipo carnaval”, momento em que as expressões dos modelos de gênero se mostram mais flexíveis e aceitáveis, seja em função de uma respeitabilidade ou uma expressão jocosa das diversidades.

Um exemplo muito forte, foi na quadrilha do ano passado, um menino, ele quis se vestir de menina! **Menino mesmo**, não era homossexual nada. Um tipo carnaval! Né? Ele dançou quadrilha de roupa de menina, de Chiquinha, tal e todo mundo achou o maior barato, todo mundo respeitou. Respeita! Né por isso que é

²⁰ Ressalta-se que há na literatura um debate entre os termos “opção sexual”, “preferência sexual” e “orientação sexual” para se referir à escolha de objeto de desejo sexual. Neste texto o termo orientação sexual busca valorizar a fluidez de possibilidades de escolha, seja esta livre ou impulsionada por fatores pessoais ou externos.

²¹ Dança que faz parte das comemorações das populares festas juninas e julinas no Brasil.

tachado de uma coisa ou outra. É iniciativa dele. E foi ótimo assim, foi sucesso (Riso ao fundo) (Laila, Grupo I)

Percebe-se, portanto, que as performances de gênero não abalam a matriz heterossexual, ao contrário, reforçam uma masculinidade hegemônica ou normativa. A feminização dele não comprometeu a matriz heteronormativa, nem tampouco uma reconfiguração do gênero masculino de forma desviante. Ele não foi colocado numa posição marginal ou desprivilegiada da hierarquia masculina.

A posição de profissionais do Grupo II ratifica a construção do binarismo de gêneros opostos nas representações sobre homossexualidades:

Eu acho que as vezes a criança não tem nem a tendência, mas ele acaba vendo e acaba achando que é certo, por que ele tava falando, o professor dele estava falando. Acaba achando que é certo. (Tina, Grupo II)

Esses profissionais do Grupo II também descrevem como percebem alunos homossexuais em sala de aula. Os informantes apontam mais dificuldades em identificar a homossexualidade feminina quando comparada à masculina.

Homem já é uma coisa mais nítida. Trejeitos, voz. Mulher acho que é mais difícil, mulher é mais por isso, por escolha de esporte, que não tem nada a ver mais, que eles vêm por esse lado, o jeito de se vestir, também não tem nada a ver, que eu conheço mulheres homossexuais feminíssimas, pezinhos maravilhosos, que eu fico invejando, aquelas peles assim, que eu vejo! O rapaz que tem a voz um pouco mais fina, é gay! Está fazendo escova no salão, é gay! (Eloisa, Grupo II)

A citação acima ressalta a idéia de que o homossexual masculino é percebido pelos informantes quando apresentam características associadas ao feminino. Nesse sentido, quanto mais ele se afasta do modelo de gênero associado ao homem, maior é a inferência de sua possível homossexualidade por parte desses profissionais. Entretanto, ao abordar a representação da homossexualidade feminina, os profissionais desconstroem estereótipos que poderiam ser associados à idéia da “sapatão”, portanto

masculinizada. Nesse momento eles desmistificam a idéia de que para ser homossexual a mulher deve ser masculina, rompendo com possíveis associações entre gênero e orientação sexual.

A temática da homossexualidade apresentou também explicações com bases religiosas para os professores e instrutores da Fundação. Percebe-se nesse momento uma tentativa de emitir sua opinião sem causar qualquer possível desrespeito. Ressaltam que as opções devem ser respeitadas.

Eu acho que na vida, tipo assim, nós nascemos sabendo que Deus criou o homem e a mulher e acho que as pessoas acham que, sei lá. Mulher com mulher, homem com homem, eu acho que as pessoas, tipo assim, o homem foi feito para a mulher e acabou. Aí tem gente que segue esse pensamento, e não tem aquela mente aberta (silêncio de aproximadamente dois segundos). Na minha opinião, eu acho que é isso. A igreja católica que fala que é isso, entendeu? [...] Eles falam que não pode o homossexualismo, que não pode, que Deus criou o homem e a mulher, mas tem um monte de padre, que é gay, que é pedófilo. É muito fácil falar, né? (Gustavo, Grupo II)

Deus criou o homem e a mulher, se vai juntar o homem com homem e mulher com mulher, eu não posso fazer nada. É uma opção de cada um, entendeu? (Sávio, Grupo II)

Há uma idéia de que uma relação amorosa “natural” que segue a ordem de Deus seja entre homem e mulher. Natividade & Oliveira (2009) ressaltam que discursos evangélicos conservadores apontam para uma “heterossexualidade compulsória”, legitimando a heterossexualidade como única forma de exercício do desejo, excluindo outras expressões da sexualidade.

Uma forma possível de manutenção do discurso supracitado trata de associar a homossexualidade à doença. No discurso desses informantes do Grupo II houve uma tentativa de explicar uma lógica de funcionamento da homossexualidade, comparando-a com a pedofilia.

Os próprios pedófilos também, entendeu, porque fica aquele troço dentro e acaba fazendo com as crianças. (Tina, Grupo II)

Às vezes ele quer fazer aquilo que ele está recriminando as pessoas, entendeu? É dessa maneira que eu penso. Fica escondido e camuflado, né? É que nenhum cara que é pedófilo, às vezes ele não chega a praticar, mas ele fica se escondendo atrás. Tá vendo, vendo, pega um adolescente, fica, não conclui o ato, mas já é uma pedofilia. É a mesma coisa de um cara que quer ser um homossexual, mas fica ali retraído e fica recriminando o cara que teve a coragem de chegar [...]" (Sávio, Grupo II)

Os participantes do Grupo II também associam a homossexualidade à idéia de vício, quando comparam essa escolha com droga, recorrendo a um certo “livre arbítrio”, aqui propositalmente remetendo ao religioso.

Eu respeito muito isso, a escolha é sua, sua. E eu falo demais isso com meus alunos, em todo sentido, desde a escolha de uma roupa, até a escolha de entrar para o mundo das drogas ou não, eu falo com eles, droga não é só maconha, essas coisas é cigarro, tudo que você usa em excesso torna-se uma droga em sua vida, entendeu? Então eles têm que saber dosar e fazer as escolhas certas, por que as escolhas de hoje, vai depender o futuro de amanhã (Sávio, Grupo II)

4.2.1 – “O homossexual e a sapatão”: distintas percepções acerca das homossexualidades masculinas e femininas

Outro momento do Grupo II que chamou a atenção refere-se a uma diferenciação pontuada pelos integrantes ao abordarem as homossexualidades masculinas e femininas.

A homossexualidade masculina é entendida, tanto pelos homens quanto pelas mulheres deste grupo, como algo bonito, com carinho, enquanto a homossexualidade feminina transmite a idéia de violência, briga, palavrão²².

Eles têm mais, percebo assim, alguma coisa assim, que eles têm mais carinho que os próprios, as próprias sapatona [...] Elas são ignorantes, falam palavrão, não têm postura, entendeu? E os homens você não vê isso. Para eles serem ignorantes, para eles falarem palavrão, alguma coisa muito séria houve, entendeu? (Tina, Grupo II)

Mulher sapatão, ninguém merece! Eu acho que elas são animais, elas são uns animais. Se você chegar ali perto e, falar alguma coisa, ou cumprimentar ou dar um bom dia, ela já tá achando que você tá coisa, já quer aquela confusão, já puxa para cá, entendeu? Se você chegar perto da parceira dela, aí pronto! (Sávio, Grupo, 2)

Esse dado contrapõe a literatura encontrada sobre esse tema, que relata que os meninos tendem a ser mais estigmatizados na escola do que as meninas, quando são associados a homossexuais, sendo assim, as maiores vítimas de homofobia na escola (Abramovay e Colaboradores, 2004).

As visões desses sujeitos se apóiam em argumentos da dominação masculina através de posicionamentos que demonstram rigidez entre os gêneros, oriundas do modo de pensar falocêntrico.

4.3 – “Kit contra-homofobia” X “União Estável” – homossexualidades possíveis e proibidas

Neste item serão apresentados os resultados acerca da representação dos profissionais sobre a abordagem da temática homossexual com os alunos. O *Kit* contra Homofobia e a União estável para casais homoeróticos foram temas utilizados para a

²² Não foi encontrado estudos que ratifiquem esse posicionamento representado pelos profissionais. Entretanto ressalta-se que muitas variáveis podem influenciar a construção dessas representações, incluindo idade, posição social (classe) e cor.

coleta dos dados explicitados. Um breve contexto do momento da coleta pode auxiliar o entendimento dos resultados para o leitor.

No final do ano de 2010, o Ministério da Educação anunciou a criação de um *Kit* contra a homofobia. Esse foi idealizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade através do projeto “Escola Sem Homofobia”, e apresentava como proposta a construção de um material didático para trabalhar a temática da homossexualidade na escola com alunos do Ensino Médio. Esse *Kit* gerou grande polêmica no Congresso Nacional, dividindo a opinião dos deputados, e foi amplamente debatido pela imprensa. A “bancada evangélica” do Congresso pressionou a presidente Dilma a vetar o *Kit*, sob a ameaça de não votarem em nada até a concretização do fato. O fato do *Kit* ter sido vetado cinco dias antes de nosso grupo focal atuou como um fator facilitador para o debate da temática da homofobia. Mais precisamente, ajudou a compreender as representações dos técnicos participantes acerca da possibilidade de trabalhar a temática junto aos alunos.

Outro tema que também foi visto como um facilitador para provocar a temática da homossexualidade com os profissionais foi o reconhecimento da união estável para casais homossexuais que foi aprovado por unanimidade pelos ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Com essa decisão os casais homoafetivos passam a ter direitos comuns aos casais heterossexuais em união estável, como herança, planos de saúde, impenhorabilidade da residência do casal, pensão alimentícia, inscrição do parceiro na Previdência Social, divisão de bens (em caso de separação) e autorização de cirurgia de risco pelo(a) parceiro(a). A inclusão dessa temática visou, inicialmente, perceber a discussão dessa decisão no âmbito escolar.

Percebemos que há uma certa rejeição em relação ao “*Kit* contra a homofobia” e uma maior aceitação da decisão do supremo. Abordaremos, inicialmente, as

representações dos técnicos acerca do *Kit* e posteriormente discutiremos a visão dos técnicos acerca da união estável de homossexuais.

Correspondendo à crença de que a demanda deve surgir para que então se trabalhe a questão da homossexualidade, já explicitada anteriormente, os profissionais entendem a abordagem suposta por eles como “proposta do *Kit* gay” como um debate negativo, que pode trazer prejuízos, mesmo admitindo que não possuem uma opinião formada sobre o assunto.

Eu ainda não tenho nenhuma opinião formada (riso discreto, mas bem perceptível do interlocutor)... Eu acredito que isso vai trazer alguns prejuízos (Bruno, Grupo I)

Embora o *Kit* seja voltado para o Ensino Médio, os profissionais reproduziram o discurso de que as crianças seriam o público-alvo, distorção promovida pela “bancada evangélica”, mas que também ganhou a imprensa e parte da opinião pública.

Assim, os profissionais apontam um receio em “antecipar” a sexualidade das crianças. A idéia de abordar a homossexualidade fica associada a uma antecipação de “algo que não está passando na cabeça das crianças”, sugerindo uma antecipação da sexualidade, ou mesmo puberdade. Como se a temática em si trouxesse um conteúdo de ordem sexual ou que para trabalhá-la se devesse necessariamente abordar a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Subjacente a essa fala é possível perceber uma associação da homossexualidade como apenas relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, quando esse termo traz em si um significado maior, contemplando características culturais e de identificação desse grupo. O debate do *Kit* foi associado ao desenvolvimento de uma sexualidade precoce.

Uma criança de seis, sete anos olha as imagens, se ela não tem nenhum pensamento, nenhum questionamento de absolutamente nada, nunca parou para prestar atenção, ela vai começar a prestar atenção em que ela... pode ser normal ter alguém é... (apreensão ao falar) nessa situação de dúvida, mas dúvida porque, dúvida porque é menino como eu e menina como eu.

Sabe, eu acho que, é o que ela tava falando da questão. Antecipar certas coisas que não estão passando pela cabeça de quem tem de seis anos[...] Se você não lida bem com a sua própria sexualidade, você tá trabalhando com outros, você está desenvolvendo questionamentos, aflorando questionamentos, discussões amplas, complexas, né? (Teresinha, Grupo I)

A criança já tem curiosidade, mas no momento elas não... elas não tão pensando nisso. (Bia, Grupo I)

Pela matéria que eu vi é um pouco forçado demais. Eu acho, não tô falando que vai induzir, mas indiretamente induz a criança a pensar [...] que é normal... tipo assim; que é normal, numa criança não é normal, tipo assim: ser gay. Entendeu? Eu acho que força demais a criança. [...] Quer botar para uma criança de cinco ou seis anos um vídeo daquele, a criança não tá preparada para nada aí olha, que é isso, que é aquilo, ele pode tentar, aquela criança pode tentar seguir o caminho.[...] Eu tenho dois filhos homens, um de três e um de cinco anos, e eu não deixaria ver. Do jeito que os caras tão falando aí eu não deixaria ver. Eu falei, “não pode discriminar” isso eu falei em casa, “não pode discriminar, que isso é opção deles” (Gustavo, Grupo II)

Para explicar a possível intervenção em antecipar etapas da sexualidade, os profissionais do Grupo I fazem uma distinção entre as palavras **influenciar** e **confundir**. Entendem que o **Kit não pode influenciar** na **orientação sexual** das crianças, transmitindo a percepção de certa rigidez, ou mesmo algo inato à personalidade. Em contrapartida a fluidez na escolha sexual é transmitida na idéia de confundir. Há uma oposição criada entre as palavras confundir e influenciar. O *Kit* provocaria uma confusão, mas não suficiente para mudar uma orientação, já que a mesma é percebida como algo imutável, da ordem da personalidade.

[...] eu acho que isso pode confundir. Pode confundir, influenciar não é possível. Confundir eu acho que pode, dependendo da idade da criança (...) Agora, eu acho que né, acredito que não influencia na orientação, isso não(...) mas não que vá marcar isso. Essa cartilha não vai vir a marcar uma opção sexual, vai influenciar e vai mudar o ser humano, a personalidade. (Laila, Grupo I)

Pode confundir, influenciar não. (Bruno, Grupo I)

Antecipar as coisas que não estão passando na cabeça de quem tem seis anos (Teresinha, Grupo I)

Além de perceberem a temática da sexualidade como um assunto complexo, os profissionais também se preocupam com falta de preparo de seus colegas para trabalhar o *Kit* e entendem que essa questão deve estar no bojo dessa discussão. Essa preocupação em como o *Kit* seria trabalhado está fundamentada na idéia de uma sociedade patriarcal brasileira que se insere num paradigma dominante, trazendo nessa própria justificativa uma dificuldade em mudar essa situação. Apropria-se, portanto, de um discurso politicamente correto e academicamente aceito para justificar dificuldades em abordar a questão com alunos.

E quem vai matá trabalhando com isso? E nós temos uma verdade aos meus olhos tá, que no nosso país, nós temos uma verdade histórica: somos um país patriarcal, nossa realidade de ensinamento até hoje, tá tentando mudar paradigmas, não se muda paradigmas de uma hora para outra. O objetivo político inicial, ele diz que no olhar dele hoje já se perdeu muito, né? (Teresinha, Grupo I)

Para que o *Kit* Contra a Homofobia se concretizasse, foi levantada a possibilidade de uma possível capacitação para que os profissionais fossem orientados a lidar com essa temática. Entretanto, eles apontam essa capacitação como algo ineficiente.

Se a pessoa tiver isso como resolvido nela, não há curso de capacitação que vá fazer isso aí mudar, não é? Não vai ajudar a essa pessoa. (Bruno, Grupo I)

‘Há não! Para falar de sexualidade não me peça!’ eu conheço pessoas assim. Então eu acho que não só uma questão de capacitação que vai dar conta, ela vai ajudar, ela vai contribuir, porque vai dar um norte, mas eu acho que mais do que a capacitação é, é... eu acho que é entender, qual é a finalidade desse trabalho? Porque que isso foi criado? De que forma isso foi criado, e o que, que se pretende chegar com isso? Eu acho que isso é mais do que a capacitação em si. (Bruno, Grupo I)

Os profissionais apresentam certo receio em abordar a homossexualidade na escola com os alunos. Apresentam uma preocupação de “**não levantar bandeira**”, ou seja, não se comprometer com uma questão ideológica do movimento homossexual. A estratégia utilizada por eles é a de trabalhar assuntos conforme a percepção que eles têm de algum problema, o que significa, quando houver “demanda”. Essa visão pode limitar a atuação com relação aos casos em que a violência ocorre de forma simbólica ou imperceptível.

Eu acho que não deveria ser abordado, a não ser que surgisse dentro de sala, não é? Ou dentro do meio, uma demanda para isso, entendeu? (...) Quando se trata da sexualidade, a gente fala das diferenças entre sexo e sexualidade (...), sem parecer que nós tamos defendendo alguma bandeira, ou fazendo alguma crítica, ou dizendo que uma criança ou adolescente não possa ser preconceituosa ou não. Então, a gente trabalha aqui, pelo menos, dentro do esporte e eu posso afirmar que na Fundação inteira, a gente trabalha com os temas de acordo com a demanda. Então, se não há demanda, eu acredito que não há necessidade de você trazer o assunto para poder trabalhar, entendeu? (Bruno, Grupo I)

O tema, assim, é visto como algo distante dos alunos e priorizam abordar outros temas que consideram mais próximos da realidade deles. Os mesmos apontam que quando ocorrem demanda para trabalhar questões relacionadas às homossexualidades, a psicologia, a pedagogia e o serviço social são responsáveis para lidar com essa questão, sendo, nessa visão, considerados os *experts* da “equipe multiprofissional” para lidar com essa questão, mesmo que “apagando fogo”, ou seja, buscando encontrar soluções para casos específicos.

Exatamente isso aí! A gente trabalha dessa forma nesse lugar. Eu já fiz grupos com eles falando de gravidez na adolescência, né? Então, tipo, procuro temas próximos deles, e diante dentro do que eles como fala, como realidade, aparecendo, a gente trabalha. (Teresinha, Grupo I)

Essa questão parece ser pouco debatida com os alunos. Os técnicos apontam falas de profissionais da Fundação que também mostram dificuldades em lidar com a homossexualidade. Assim, mesmo apontando pouca habilidade por parte desses profissionais em lidarem com a temática, a capacitação não é vista como uma estratégia eficiente para mudar esse quadro.

Embora a discussão do *Kit* explicita uma dificuldade esbarrada num paradigma dominante patriarcal, os discursos dos profissionais do Grupo I identificam a união estável de casais homossexuais como uma possibilidade de mudança de paradigma. Eles apontam que essa decisão reflete uma demanda social de adaptação das leis às novas configurações familiares.

Aqui há uma idéia positiva da união de homossexuais associada à construção de uma família. Os técnicos apontam que as novas famílias homossexuais podem colaborar para a desconstrução de preconceitos nas crianças. Nesse momento a homossexualidade não é vista como relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Pressupõe agora um novo componente capaz de intervir, segundo o grupo, de forma mais eficaz e com menos prejuízos, sendo aqui associada à idéia de família.

É o que ele está falando: a mudança de cara das novas famílias. Eu acho que ele tá fazendo parte de uma nova sociedade que a gente está vivendo. Já tá fazendo parte, não é mais aquela família tradicional, do pai e da mãe com seus dois filhinhos, não é? (Teresinha, Grupo I)

Eu acho que esses novos arranjos familiares vão contribuindo para muita coisa. (Bruno, Grupo I)

E o coleguinha ouvir, daquele filho daquele casal homossexual, ué, é normal! “tenho dois pais” ou “tenho duas mães” e aí, qual a diferença? E aí a coisa vai naturalmente sendo absorvida” (Laila, Grupo I)

Aí, independente de homem, homem, mulher com mulher, né, de ficar um tipo de casal, defender um patrimônio que se quer fazer junto, como qualquer outro casal [...] eu acho que é certo sim.” (Teresinha, Grupo I)

Para o Grupo II a família homossexual masculina é vista de maneira aceitável pelos profissionais. Essa relação é entendida como promotora de respeito, carinho e companheirismo.

Se respeitam mais do que o casal natural. E vivem, justamente, se respeitam mais. Você vê a educação. (Sávio, Grupo II)

O carinho de um com o outro (Tina, Grupo II)

Eles tinham aquela união, você via aquela união bonita. (Tina, Grupo II)

Minha opinião é a seguinte: todos nós somos iguais perante a Deus, se for da vontade deles casarem, por mim não vejo mal nenhum. (Gustavo, Grupo II)

A idéia de uma família homossexual parece ocupar um papel que os profissionais não creditam no “*Kit* contra a homofobia”. Associam essa idéia de família como algo que possibilita a criança “absorver naturalmente” o convívio com as homossexualidades. Nesse sentido, diferente do *Kit*, essa família não influenciaria nem mesmo confundiria a cabeça das crianças.

4.4 – Prática profissional com os alunos

Nesse momento serão abordados alguns exemplos práticos de como esses profissionais lidam com a homossexualidade no cotidiano. Conforme já foi abordado anteriormente, para os participantes do Grupo I a temática da homossexualidade só deve ser abordada com os alunos na ocorrência de alguma demanda específica.

Como foi explicado na discussão sobre o *Kit*, existe uma preocupação de que a temática da homossexualidade incite a iniciação homossexual de alguns alunos. Tal crença pode ser compreendida a partir da análise de situações cotidianas na escola.

Ao abordar uma situação em que o serviço de psicologia foi solicitado, é descrita a descoberta de um local da escola em que os alunos do sexo masculino usavam para vivências de cunho sexual. Welzer-Lang (2001) aponta que tal comportamento é comum na construção da masculinidade. Para ele nesse momento em pares, os meninos, longe dos olhares de outros meninos de outras idades e das pessoas do sexo feminino, vivenciam a homosociabilidade, onde, além dessas experiências homossexuais, são transmitidos os valores masculinos hegemônicos.

O profissional abaixo relata que os agentes educacionais, responsáveis pela vigilância do pátio e locais fora da sala de aula, ficavam muito preocupados com essa situação e demonstravam dificuldades para lidar com a questão.

Lá eles beijavam na boca, lá eles masturbavam um ao outro, lá eles tinham penetração. Então, alguns instrutores, né? Agentes educacionais, que ficam no plantão de vinte e quatro horas com eles, ficavam assustadíssimos com isso, né? E vieram falar para mim, aí mandaram vir os meninos [...] Aí eles foram e falaram o que estava acontecendo. Disse: bem, primeira coisa que queria falar para vocês, né? **Aqui dentro não pode! Lá fora vocês podem fazer o que vocês quiserem da vida de vocês, quando vocês tiverem maior. Nem com essa idade, lá fora vocês vão poder, não é? Mas aqui dentro não pode beijar na boca, não pode transar! Nem com menino, nem com menina, nem com um, nem com outro.** (Bruno, Grupo I)

Para Julia (2001) a cultura escolar é vista como um conjunto de regras que definem conhecimentos a ensinar e condutas a serem assimiladas, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. A frase em negrito retrata uma delimitação da aceitação/reprovação de determinados comportamentos marcada pela cultura escolar da Fundação. Em contrapartida para fora dos muros da escola o profissional representa a percepção de novas regras, com a possibilidade de uma maior permissividade.

O profissional, anteriormente mencionado, ao mesmo tempo em que explicita para os alunos as normas da escola, também busca naturalizar esse comportamento, associando o mesmo a uma fase comum a pessoas na idade dos alunos. O mesmo aborda o gostar de pessoas do mesmo sexo como algo que não é cristalizado, mas que transmite uma idéia de fluidez, desconstruindo possíveis crenças religiosas que possam condenar tais comportamentos.

E vou explicar uma coisa para vocês: é natural, é comum, na idade de vocês um menino ter a curiosidade de querer saber como é beijar outro menino, como que é segurar no outro menino, como é normal também a menina, na idade de vocês, querer beijar na boca de outra menina, saber como que é, querer ver o corpo da outra, e fui explicando para eles. É natural! Isso não quer dizer que vocês vão passar a gostar de meninos, ou deixar de gostar de meninas, ou vice-versa. Pode acontecer assim, você foi lá e experimentou e falar: então, é isso que eu quero para mim, ou ir lá, experimentar e dizer: não é isso que eu quero para mim. Então eu procurei ir com eles, conduzir nessa direção, deles! De mostrar assim: que não é pecado, não tem crime nenhum nisso, é normal acontecer. (Bruno, Grupo I)

Este profissional justificou que foi possível trabalhar essa questão com mais cautela, pois tal fato ocorreu numa parte da Fundação que possui poucos alunos, entretanto explicita que teria grande dificuldade em abordar a temática com um grupo maior.

Num outro caso, a profissional relata uma conversa que teve com uma menina homossexual. Diferente do caso supracitado a profissional abordou a mesma de uma outra forma, demonstrando certa **inabilidade em lidar com a questão**.

Uma menina que relatou que ela morava há um tempo com outra menina e tal, e que ela foi, começou a se relacionar com essa menina, ela tinha treze anos[...] Ela entrou aqui até com um mandado judicial, cumprindo medida, né? [...] ‘Iniciaram você na sexualidade! E a menina se calou’. [...] ‘Iniciaram você no relacionamento homossexual, decidiram, de repente, antes de você ter tempo de decidir, de fato’ [...] E hoje a gente tem um contato com a menina e a gente não percebe, sabe por que da história da entrevista, mas em nenhum momento a gente

percebe nada diferente, até no relacionamento com colegas diferentes.” (Terezinha, Grupo I)

Os profissionais do Grupo II também abordam situações cotidianas em que tiveram que recorrer a estratégias pessoais para lidar com a questão.

Por exemplo, já teve lá, três garotos, um garoto era muito quieto, sentado e às vezes tinha um colega que fica, ah não sei o que, aquele viadinho ali... Aí eu dou muitos conselhos a eles para não fazer aquilo. (Beto, Grupo II)

Observando a leitura dos profissionais sobre demonstrações de uma suposta homossexualidade, os professores e instrutores recorrem à idéia de vício, associando homossexualidade e doença. Entretanto, no discurso abaixo a profissional ensina aos alunos a respeitar **o vício dos outros**.

Na época que houve com o aluno, eu não tive problema nenhum. Chamei a turma, conversei e falei: ‘ô cada um tem suas escolhas, se você escolhe ser alcoólatra, a escolha é sua, se você escolhe ser... como é que diz, ser, usar drogas, a escolha é sua, por que bebida é... a bebida, droga é tudo a mesma coisa’, sempre como eu falava: ‘então, cada um tem sua escolha, se você decidir atravessar a ponte e se jogar no rio, a escolha é sua e na vida da gente é assim também. As escolhas são feitas por nós, o caminho é nosso, então, ninguém que’, como é que se diz? Sem interferir no caminho do outro. (Tina, Grupo II)

Para finalizar, destaca-se que os profissionais apresentam práticas diversas para lidar com a temática da homossexualidade, e isso ocorre apenas na emergência de uma demanda, ou seja, quando a temática da homossexualidade é base de discórdia entre alunos. No âmbito das crenças pessoais também é possível perceber uma pluralidade de posições acerca da homossexualidade. Não havendo um preparo e uma forma institucional específica para os casos que envolvem práticas homossexuais sejam manejados, os profissionais reproduzem práticas distintas associadas aos seus valores e crenças pessoais e coletivas de grupos que transitam.

Foram percebidas diferentes representações de homossexualidades na escola entre os dois grupos de profissionais pesquisados. Os professores e técnicos parecem reproduzir mais as expressões do senso comum com menor flexibilidade na interpretação de modelos de gênero socialmente aceitos. Os profissionais técnicos apresentaram um discurso mais inclusivo e idealista.

Ambos os grupos usaram os conceitos de gênero e sexualidade de forma intercambiável. Tal situação parece ser mais notada quando, por qualquer razão, certos corpos não podem ser ‘lidos’ e fixados como mais uma confirmação dos discursos da universalidade e da natureza.

5 – Considerações Finais

Para as considerações finais, ressalta-se que foi confirmado o pressuposto de que profissionais que atuam no âmbito da educação não formal não sabem ou não foram capacitados para lidar com a diversidade das expressões de gêneros, nem com as homossexualidades, embora, ao mesmo tempo, reconheçam que há um currículo oculto que faz com que a norma heterossexual apareça e seja vista como natural, informando os modelos que sustentam as práticas cotidianas na escola. Ressalta-se ainda que os profissionais participantes do curso do CLAVES/ENSP apresentaram uma visão mais problematizada acerca das homossexualidades e homofobias, embora também reproduzam a lógica heterossexual. Aponta-se a necessidade de promover estratégias de superação de visões que formalizam homofobias no contexto escolar.

O presente estudo pretendeu contribuir para a discussão da homofobia no contexto escolar e pode auxiliar na compreensão de modelos de gênero que sustentam práticas homofóbicas nesse contexto. Ressalta-se, no entanto, que o fato do estudo ter ocorrido numa escola não formal, de educação semi-profissionalizante, pode ter um efeito nos resultados. Acredita-se que nesta escola as demarcações de gênero são muito

pontuadas em função dos cursos que são associados a meninos e meninas. Sugere-se, portanto, que é possível encontrar outros resultados em estudos que tenham como campo a escola formal de ensino regular.

O campo da saúde pública carece de pesquisas que contemplem a temática da homofobia na escola e este estudo aponta para a necessidade de pesquisas, inclusive mais abrangentes comparando escolas particulares com escolas públicas e que considerem outros integrantes da comunidade escolar tais como alunos, pais, secretários, diretores e outros funcionários da escola.

6 – Referências

Abramovay, M, coord. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, 2009

Abramovay M., Castro M.G., Silva L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil; 2004

Altmann, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 12 July 2011. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200014.

Assis, S. G. **Encarando os desafios da vida: uma conversa com adolescentes**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ENSP, /CLAVES, CNPq, 2005

Assis, S.G.; Avanci, J.Q.; Pesce, R.P.; Njaine, K. **Resiliência na adolescência: refletindo com educadores sobre superação de dificuldades**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005

Barbosa, Regina Maria and Facchini, Regina **Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil**. *Cad. Saúde Pública*, 2009, vol.25, suppl.2, p.s291-s300. ISSN 0102-311X

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979

Becker, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

Bianconi, M. & Lucia; Caruso, Francisco. **Educação não-formal**. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 4, Dec. 2005 . Available from

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000400013&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2012.

Blackwell, Mayleil and Naber, Nadine. **Interseccionalidade em uma era de globalização**: As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. *Rev. Estud. Fem.*, Jan 2002, vol.10, no.1, p.189-198. ISSN 0104-026X

Bourdieu, Pierre. **A Dominação Masculina** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

Borges, Zulmira Newlands and Meyer, Dagmar Estermann **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, Mar 2008, vol.16, no.58, p.59-76. ISSN 0104-4036

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf>. Acesso em: 27 maio 2011

Brasil, Presidência da República, **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, DF, 2009. Disponível em <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>. Acesso em 03 de março de 2012

Carrara, Sérgio & Ramos, S. **Política, direitos, violência e homossexualidade** (Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio). Rio de Janeiro: CLAM/IMS–UERJ, 2005

Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana R. B. **"Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro**. *Physis*, 2006, vol.16, no.2, p.233-249. ISSN 0103-7331

Ceará, Alex de Toledo & Dalgarrondo, Paulo. **Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice**. *Rev. psiquiatr. clín.*, 2010, vol.37, no.3, p.118-123. ISSN 0101-6083

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DaMatta, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues**. Em NUNES, E. (org.) *A Aventura Sociológica*: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Demo, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papius, 2001

Deslandes, Suely & Gomes, Romeu. **A pesquisa Qualitativa nos serviços de saúde – Notas teóricas** in Bosi, MLM & Mercado, FJ, organizadores. **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Editora Vozes, Petrópolis, 2004

Deslandes, Suely & Assis, Simone. **Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças**, pp. 195-226. In MCS Minayo & SF Deslandes (orgs.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Fiocruz, Rio de Janeiro: 2002

Durkheim, E. **As regras do método sociológico**. Coleção Pensadores, Editora Abril. São Paulo, 1978.

Figari, Carlos. **@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro (séculos XVII ao XX)**. Coleção Origem. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007, pp. 588. ISBN: 978-85-7041-498-4 (UFMG) / 978-85-98272-06-1 (IUPERJ).

Fonseca, T.M.G.. **Psicologia e Relações de Gênero: O gênero da ciência psicológica**. In: Zanella & Siqueira & Lhullier & Malon, *Psicologia e práticas sociais*, 19 ed. Ed. ABRAPSOSUL, Porto Alegre, 1997.

Frúgoli Junior, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007

Fry, Peter. **Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas**. In: VOGT, Carlos et all. *Caminhos cruzados - linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 33-88.

Fry, Peter e MacRae, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo, Brasiliense, 1983

Gastaldo, Édison. **“O complô da torcida”: futebol e performance masculina em bares**. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, dez. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jan. 2011 doi: 10.1590/S0104-71832005000200006.

Goffman, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Gomes, Romeu. (2008). **A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: uma discussão introdutória**. *Athenea Digital*, 14, 237-243. Disponible en: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/520> acessado em 04/05/2010

Gomes, Romeu. **Saúde do Homem em Foco**. São Paulo: Editora UNESP; 2010

Gomes, Romeu . **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008

Granados-Cosme, José Arturo and Delgado-Sánchez, Guadalupe **Identidad y riesgos para la salud mental de jóvenes gays en México: recreando la experiencia homosexual**. *Cad. Saúde Pública*, Mayo 2008, vol.24, no.5, p.1042-1050. ISSN 0102-311X

Green, James N. **Controle e cura: reações médico-legais** in *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000

Guimarães, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

- Heilborn, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Julia, A. **Cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gisele de Souza**. In: Revista Brasileira de História da Educação, no 1, p.09-44, 2001.
- Junqueira, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Revista Bagoas, V.1, n.1, jul./dez. 2007, pp. 1-22, Rio Grande do Norte.
- Lionço, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios**. *Physis*, 2009, vol.19, no.1, p.43-63. ISSN 0103-7331
- Lionço, Tatiana. **Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade**. *Saude soc.*, Jun 2008, vol.17, no.2, p.11-21. ISSN 0104-1290
- Marinho, Carla de A. et al. **Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro**. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Dez 2004, vol.14, no.29, p.371-379. ISSN 0103-863X
- Minayo, M. C. S. (Org); Deslandes, S.F.; Cruz Neto, O . Gomes, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1987
- Miskolci, Richard. **O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fin-de-siècle brasileiro**. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2009, vol.17, no.2, p.547-567. ISSN 0104-026X
- Miskolci, R. & Pelúcio, **Prefácio**, in Perlongher, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008
- Moscovici, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- Mott, Luiz. **Escravidão e Homossexualidade**, in História e Sexualidade no Brasil, R. Vainfas (org.), S.Paulo. Editora Graal, 1986
- Mott, Luis. **Homo-afetividade e direitos humanos**. *Rev. Estud. Fem.*, Set 2006, vol.14, no.2, p.509-521. ISSN 0104-026X
- Moura, João Batista Vianey Silveira et al . **Perspectiva da epistemologia histórica e a escola promotora de saúde**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, June 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 11 July 2011. doi: 10.1590/S0104-59702007000200006.
- Nardi, Henrique Caetano. **O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa**. *Psicol. Soc.*, 2008, vol.20, no.spe, p.12-23. ISSN 0102-7182

Natividade, Marcelo. **Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 61, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 fev. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092006000200006.

Natividade, Marcelo & Oliveira, Leandro de. **Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores**. 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/viewArticle/32/445>>. Acesso em 19 abr. 2011.

Nunan, A. **Homossexualidade: dos preconceitos aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003

Ortiz Hernández, Luis and García Torres, María Isabel **Opresión internalizada y prácticas sexuales de riesgo en varones homo-y bi-sexuales de México**. *Rev. Saúde Pública*, Dic 2005, vol.39, no.6, p.956-964. ISSN 0034-8910

Pereira Pinto, José Renato. **Um pedaço de terra chamado Campos – sua geografia e seu progresso**. Fundação Cultural Oswaldo Lima .Campos dos Goytacazes-RJ, 2ª Edição, 2006

Perlongher, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008

Perlongher, Néstor. **O que é Aids**. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1987

Pessanha, Yvan Senra. **Nem fiado nem à vista – A saga dessa gente que não se vende**. Imprensa Oficial, Niterói-RJ, 1999

Pocahy, Fernando Altair and Nardi, Henrique Caetano **Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social**. *Rev. Estud. Fem.*, Abr 2007, vol.15, no.1, p.45-66. ISSN 0104-026X

Radcliffe-Brown, A. R. 1973[1940] **Parentescos por brincadeira**, in *Estrutura e função na sociedade primitiva*, Petrópolis, Vozes.

Ristum, Marilena. **Bullying Escolar** in Assis, S. (org.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro-RJ: Ministério da Educação/Editora FIOCRUZ, 2010

Rohden, Fabíola. **Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor**. *Cad. Pesqui.*, Abr 2009, vol.39, no.136, p.157-174. ISSN 0100-1574

Salazar, Ximena et al. **Influencia del contexto sociocultural en la percepción del riesgo y la negociación de protección en hombres homosexuales pobres de la costa peruana**. *Cad. Saúde Pública*, Oct 2006, vol.22, no.10, p.2097-2104. ISSN 0102-311X

Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde. **Escolas promotoras de saúde : experiências do Brasil.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2006 in http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/esc_prom_saude.pdf

Silva Júnior, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília: UNESCO, 2002

Uziel, Anna Paula et al. **Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual.** *Horiz. antropol.*, Dez 2006, vol.12, no.26, p.203-227. ISSN 0104-7183

Valladares, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, Feb. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Feb. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092007000100012.

Vidal, Elaine Italiano and Ribeiro, Paulo Rennes Marçal **Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência.** *Fractal, Rev. Psicol.*, Dez 2008, vol.20, no.2, p.519-531. ISSN 1984-0292

Welzer-Lang, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200008.